



Os desafios da justiça e as políticas para uma cultura da paz

Leia nesta edição

Editorial **pg. 2**

Tema de capa

Entrevistas

Reyes Mate: "O campo de concentração está se convertendo no símbolo da política moderna"

pg. 3

Marco Aurélio Nogueira: "A "despolitização" nasce o tempo todo da vida atual" **pg. 7**

Roberto Romano: "Impor ao Brasil um modelo ético é um erro político fatal" **pg. 13**

Francisco Colom: A ausência de garantias democráticas gera corrupção e pobreza **pg. 19**

Destaques da semana

Análise de Conjuntura:

Ricardo Carneiro: Ruptura ou capitulação. **pg. 42**

Livro da Semana:

Jacques Le Goff. Em busca da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005 **pg. 35**

Entrevistas da Semana:

Ney Lemke: Prêmio Nobel de Física. Uma avaliação **pg. 33**

Enrico Moriconi: Vaca louca e o vírus da gripe aviária é culpa das criações intensivas, afirma cientista **pg. 34**

Otávio Velho: Uma antropologia apofática **pg. 35**

Ana Cristina Baú: Hábitos alimentares **pg. 37**

Deu nos jornais pg. 38

Frases da semana pg. 40

IHU em revista

Eventos pg. 42

IHU Repórter pg. 57

Editorial

Nesta semana, de 19 a 21 de outubro, professores e pesquisadores de diversas partes do mundo, inclusive da América Latina e do Brasil, estarão na Unisinos, realizando o **IX Simpósio da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política** e debatendo o tema *Os desafios da justiça e as políticas para uma cultura da paz*. O encontro refletirá os paradoxos contemporâneos. De um lado, faz-se presente uma opinião pública mundial que apela, com vigor, por valores humanistas, como a justiça e a cultura da paz. Do outro, observa-se a existência de novos cenários de guerra, em que a insegurança e o fanatismo transformam os modos de convivência que herdamos do século passado.

O encontro inspirou o atual tema de capa. As entrevistas com Reyes Mate, Roberto Romano, Francisco Colom e Marco Aurélio Nogueira discutem os caminhos da política no cenário mundial. Para Reyes Mate, por exemplo, “a maior catástrofe intelectual do nosso tempo foi a morte do conceito de justiça nas mãos da liberdade. Reduzimos a justiça à liberdade”. Isso faz com que, como o atesta igualmente Giorgio Agamben, “o campo de concentração se converta no símbolo da política moderna”, completa Reyes Mate.

A programação completa do evento está disponível na página www.unisinos.br/ihu. Nesta edição confira, ainda, a instigante entrevista com o Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira e o Prof. Dr. Alfredo Culetton. Ambos discutem o filme *Em nome de Deus*, de Clive Donner, que será exibido e debatido no **Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema**, nesta semana. Idade Média também é o tema da editoria *Livro da Semana*.

A todas e todos uma excelente semana e uma profícua leitura

“O campo de concentração está se convertendo no símbolo da política moderna”

Entrevista com Reyes Mate



“O que eu proponho é uma globalização da justiça, não só em sentido espacial, senão também temporário (memória). Isso supõe uma mudança de civilização ou algo parecido”, salienta o filósofo espanhol Reyes Mate, na entrevista concedida por e-mail à revista *IHU On-Line*. Ele é professor e pesquisador do Instituto de Filosofia de Madrid. Estudou em

Paris, Roma, Münster e Madrid e foi diretor do Instituto de Filosofia de Madri de 1990 a 1998. Pertence ao Conseil Scientifique du Collège International de Philosophie de Paris. Tem uma vasta obra publicada. Entre seus livros publicados citamos: **Memoria de Auschwitz. Actualidad moral y política**. Madrid: Trotta, 2003; **Por los campos de exterminio**. Barcelona: Anthropos, 2003; **Tolerancia y religión**, Barcelona: Anthropos, 2003 e a organização, realizada com Hugo Assmann, de **Sobre la religión**, escrito por Karl Marx e Frederic Engels, editada pela Sígueme, em 1974, Salamanca.

De Reyes Mate publicamos um artigo na edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13 de dezembro de 2004, intitulado *O outro da religião*, a entrevista *As tradições religiosas e o melhor humanismo não devem permitir a “morte do homem”*, realizada com ele na 128ª edição, de 20 de dezembro de 2004; e um artigo na edição número 156, de 19 de setembro de 2005. Reyes Mate estará na Unisinos nesta semana, durante o IX Simpósio Internacional da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política e VIII Colóquio de Filosofia Unisinos, de 19 a 21 de outubro.

IHU On-Line - O senhor trabalha com o tema da justiça. Como se deveria repensar hoje o conceito de justiça no contexto neoliberal e na pós-modernidade?

Reyes Mate - A justiça é um velho assunto da humanidade que hoje, no entanto, tem mais peso do que nunca. Para os antigos, a

justiça era uma virtude, isto é, tinha um âmbito reduzido à realização dos indivíduos. Para nós, no entanto, é bem mais do que isso: é o fundamento moral da sociedade. Essa mudança supôs, no entanto, perdas importantes: se, para Aristóteles, a justiça tinha como centro o outro, e seu conteúdo tinha que ser material, agora o centro somos nós, e o conteúdo é um mero procedimento. Quero dizer que, para os modernos, a justiça se reduziu a um procedimento de como decidir o que é justo ou injusto: nós decidimos, e o importante são as regras procedimentais do jogo. A conclusão é a seguinte: reduzimos a justiça a uma partilha eqüitativa da liberdade (a igualdade na liberdade é o que explica que o procedimento seja justo segundo os modernos) e eu digo que a justiça é uma partilha eqüitativa do pão. Como diz Bloch¹ “a fome é a primeira lamparina na qual há que se jogar azeite”. O pão e a liberdade são fundamentais, mas nessa ordem.

IHU On-Line – Quais os déficits do conceito de justiça tradicional que temos?

Reyes Mate – O que caracteriza as teorias da justiça, tanto as antigas como as modernas, é a amnésia. E

¹ **Ernst Bloch**: considerado um dos grandes filósofos alemães do século XX, foi um marxista heterodoxo que construiu vasta obra que ressalta o papel da utopia na história do homem. Seu livro *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 foi destacado na editoria *Livro da Semana* da 151ª edição da revista *IHU On-Line*, de 15 de agosto de 2005, com a realização de duas entrevistas sobre a obra: uma com o tradutor do livro, Nélio Schneider, e outra com o professor da UFRGS, Edson Sousa. (Nota da *IHU On-Line*)

isso nós não podemos permitir. Os autores modernos, como Rawls² e Habermas³, dizem: o mundo está cheio de desigualdades causadas pelos homens; há que se remediar isso e evitar que continue assim. Então, aparece a justiça como resposta às desigualdades. Mas estas teorias não querem se perguntar como nasceram as desigualdades, porque elas são o resultado de injustiças passadas. A justiça deveria consistir em consertar os danos originados no passado e herdados no presente. Mas as teorias da justiça não querem saber de nada do passado.

² **John Rawls** (1921-2002): filósofo. Foi professor de Filosofia Política na Universidade de Harvard. É autor de *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997; *Liberalismo Político*. São Paulo: Ática, 2000; e *O Direito dos Povos*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001. O *IHU On-Line* número 45, de 2 de dezembro de 2002, dedicou sua matéria de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*. Confira, ainda, o 1º dos *Cadernos IHU Idéias*, intitulado *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria do Prof Dr José Nedel. (Nota da *IHU On-Line*)

³ **Jürgen Habermas**: crítico da doutrina positivista e da ideologia dela resultante, o tecnicismo, o filósofo alemão Jürgen Habermas é um dos mais ilustres representantes da segunda geração da Escola de Frankfurt. Foi colaborador de Adorno no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Em 1971, Habermas dirigiu o Instituto Max-Planck em Starnberg, Baviera. Em 1983, transferiu-se para a Universidade Johan Wolfgang Goethe, de Frankfurt. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. A edição nº 5 da *IHU On-Line* mencionou o pronunciamento *Glauben und Wissen* (Fé e Conhecimento), feito por ocasião da Feira do Livro de Frankfurt, no dia 14 de outubro de 2001, quando o filósofo alemão recebeu o Prêmio da Paz. Habermas, a partir dos acontecimentos do dia 11 de setembro e das perplexidades suscitadas pelas experiências biogenéticas, elabora o conceito de sociedade pós-secular, onde a separação da razão e da religião elaborada pela modernidade, explodiu. Publicamos dois artigos sobre o encontro entre Habermas e Ratzinger, ocorrido em 19 de janeiro de 2004, na Academia Católica da Baviera, em Munique, nas edições de número 128ª e 138ª da *IHU On-Line*, de 20 de dezembro de 2004 e 25 de abril de 2005, respectivamente. (Nota da *IHU On-Line*)

Hoje, sabemos que a pior forma de injustiça é o esquecimento, isto é, o desprezo significativo ao que foi vencido na história. A memória é uma batalha hermenêutica pela significação de todo esse sofrimento que ficou à beira do caminho. Não podemos permitir uma teoria que seja amnésica.

IHU On-Line – Qual seria a proposta para um novo modelo de conceito de justiça que beneficie os que sofrem, os que são excluídos? Como seria a justiça pensada por parte das vítimas?

Reyes Mate – Uma justiça não-amnésica, que reconheça que as desigualdades atuais são injustiças ou produtos de injustiças. As gerações atuais são herdeiras desse passado. O que ocorre, é que umas herdaram as fortunas e outras os infortúnios. Mas entre essas heranças há uma relação que deve se traduzir em responsabilidade.

IHU On-Line – Como um novo conceito de justiça ajudaria a pensar novos modelos sociais de democracia?

Reyes Mate – Creio que, desde a queda do muro de Berlim, foram criados 27 novos estados democráticos. Nos anos 1970, os Estados Unidos asfixiavam qualquer tentativa de Estado democrático. O que aconteceu? Singelamente, os novos estados democráticos foram esvaziados de conteúdo. Basta uma constituição que assegure as liberdades. Antes, o conceito de democracia ia unido à idéia de que cada Estado constituía um patrimônio comum ao qual todos os cidadãos tinham direito. Desapareceu o componente material, de justiça, da democracia.

Creio que a maior catástrofe intelectual do nosso tempo foi a morte do conceito de justiça nas mãos da liberdade. Reduzimos a justiça à liberdade. Esse é o triunfo do liberalismo, não do neoliberalismo.

IHU On-Line – O conceito de justiça apela fundamentalmente para uma mudança nas estruturas sociais que afetam os modos de produção, os modelos políticos e as relações sociais. Há necessidade de se repensar o modelo civilizatório?

Reyes Mate – O mais positivo do nosso tempo é a afirmação de que a justiça é o fundamento da sociedade. Graças a essa idéia, o conceito de justiça foi crescendo até o ponto de hoje falarmos de uma “justiça global”. Isso supõe uma mudança epocal, pois até agora a justiça estava limitada às fronteiras de cada Estado. O que eu proponho é uma globalização da justiça, não só em sentido espacial, senão também temporário (memória). Isso supõe uma mudança de civilização ou algo parecido.

IHU On-Line – De que forma a autonomia política, as tradições religiosas e o humanismo podem contribuir para uma sociedade em que os homens sejam mais solidários e responsáveis?

Reyes Mate – A política não cria valores, mas os tira do campo que poderíamos chamar pré-político, onde estão as tradições religiosas ou humanitárias, os mitos etc. A Revolução Francesa não inventou os valores de igualdade, fraternidade ou liberdade: eles já estavam aí, e ela os elevou a princípios políticos. O conceito de valor absoluto – pelo qual alguém esteja disposto a morrer por

uma causa, colocando em risco sua própria vida – é impensável sem a religião. Eu creio que é preciso repensar a idéia ilustrada de que a religião é assunto privado. Não é e não pode ser, conseqüentemente, princípio legitimador da política, mas sim, uma fonte de valores e virtudes políticas: o perdão, a reconciliação, a compaixão, por exemplo.

***IHU On-Line* – Quais os maiores impasses na relação entre o cristianismo e a política na sociedade contemporânea?**

Reyes Mate – Por parte da política, seria pensar que a laicidade ou a autonomia da política pode subsistir sem referências às tradições de origem. A laicidade é, por um lado, emancipação da religião, mas, por outro, cristianismo secularizado. É preciso repensar o que isso significa. E, por parte do cristianismo, seria não aceitar as exigências de um mundo secularizado, imaginar que a religião ainda é o princípio legitimador da política.

***IHU On-Line* – Quais os princípios de uma moral que poderia basear uma política autônoma? Ela estaria livre dos princípios da moral cristã?**

Reyes Mate – Os princípios morais são autônomos, como os imperativos categóricos kantianos. Essa autonomia, porém, não significa ruptura da relação com as tradições religiosas. Uma razão autônoma deve ir ao encontro do núcleo universalizável dessas tradições.

***IHU On-Line* – Que alternativa de democracia pode ser pensada para uma sociedade em que o homem é**

voltado para si mesmo, finito, provisional, egoísta, não-solidário?

Reyes Mate – O problema da democracia que conhecemos é que ela se pensa como universal, como se o fato de reconhecer formalmente seus súditos como cidadãos supusesse constituí-los como tais. Eu não esqueço o que diz Walter Benjamin⁴ sobre todas estas democracias ou Estados de Direito: que “para os oprimidos o estado de exceção é permanente”. O estado de exceção é a suspensão do direito, o considerar determinados seres como não-sujeitos. E isso ocorre nas sociedades do primeiro mundo: os pobres, os sem-papéis, os emigrantes, vivem como num estado de exceção. O campo de concentração está se convertendo no símbolo da política moderna. Responder a essas questões supõe pensar a democracia planetariamente.

⁴ **Walter Benjamin** (1892-1940): crítico literário marxista e filósofo judeu alemão. Ficou conhecido principalmente por seus ensaios filosóficos e como crítico. Como sociólogo e crítico cultural, combinou idéias místicas judias com uma perspectiva proveniente do materialismo histórico para oferecer uma contribuição totalmente nova à filosofia marxista. (Nota da *IHU On-Line*).

“A “despolitização” nasce o tempo todo da vida atual”

Entrevista com Marco Aurélio Nogueira



Para o cientista político e professor da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) Marco Aurélio Nogueira, “enquanto o dinheiro e a economia estiverem ditando as regras e prevalecendo sobre a política, as crises serão o cotidiano”. Marco Aurélio Nogueira é professor do departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Araraquara. É

graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e docência doutor em Ciências Sociais (Política), pela USP. É pós-doutor pela Università degli Studi di Roma e é livre-docente pela Unesp. A entrevista que segue foi feita por e-mail.

IHU On-Line - Que teorias políticas podem ser percebidas por trás do modelo brasileiro de democracia atual?

Marco Aurélio Nogueira - Antes de tudo, a primeira delas seria o liberalismo, tanto em sua vertente conservadora – dominante no Brasil, ao longo de toda a nossa história como sociedade nacional – quanto em sua vertente mais propriamente democrática. Ainda somos prisioneiros de uma visão organicista tradicional, que vê o Estado e a sociedade como corpos coesos e harmoniosos, superiores aos indivíduos e aos grupos e de algum modo designados a tutelar os indivíduos. Mas essa visão vem rapidamente perdendo força, graças ao processo mesmo de modernização da sociedade (que a fragmenta e a diferencia muito), que traz consigo a generalização do individualismo como fato e como cultura e a fixação do mercado como fator de estruturação da vida e do imaginário social. A “despolitização” nasce o tempo todo da vida atual. O liberalismo não consegue

dar conta dessa situação, que incentiva a constituição de uma mentalidade refratária à política e ao “bem comum” e a prevalência unilateral dos “interesses” sobre quaisquer outras considerações. É daí que vem o sucesso obtido nos últimos tempos pelo neoliberalismo, que de liberal tem muito pouco. Numa situação de despolitização, também o pensamento socialista passa a ter terríveis dificuldades de afirmação. Contudo, ele persiste como parâmetro teórico e como horizonte ético-político. Não encontra muita ressonância prática, mas não fica fora da cena pública e dos embates políticos, mantendo uma certa influência.

A participação fica mais forte que a representação e tende a se desgarrar dela

IHU On-Line - Qual a origem das crises políticas no modelo de democracia atual?

Marco Aurélio Nogueira - A democracia atual é uma “vítima” do

processo de modernização do capitalismo. A liberação frenética dos mercados, as rápidas mudanças tecnológicas, a mudança do padrão da acumulação, a financeirização do capital, as alterações na dimensão tempo/espço por conta das tecnologias de informação e comunicação, tudo isso se combina com uma forte fragmentação social, com uma nova fase de individualização, com aquilo que se costuma chamar de “desterritorialização”, com o encolhimento do mundo, com a diminuição da força e da soberania dos Estados nacionais. Em decorrência, a vida parece ir se “desinstitucionalizando”, ou seja, ficando fora de controle. Nesse quadro, é inevitável que a política perca estabilidade, capacidade de sedução e operacionalidade. O “agir” e o “fazer” ganham prevalência sobre o “organizar”, o “decidir” e o “dirigir”. A participação fica mais forte que a representação e tende a se desgarrar dela. O voluntariado torna-se mais sedutor que a militância partidária ou o engajamento em serviços estatais. O próprio voto perde consistência. Se somarmos a isso a crise dos paradigmas e das utopias, a agressividade do marketing, a espetacularização de tudo, teremos um panorama assustador da democracia atual. Não se trata, porém, de morte ou de fracasso da democracia, mas de um momento de transformação e de ajuste. O que virá depois poderá ser uma democracia muito melhor.

IHU On-Line - Em que medida a crise brasileira é também uma crise do modelo de democracia em que vivemos? Como a crise política atual está desvendando as fragilidades do modelo de democracia instaurado? Como repensar a democracia a partir da crise?

Marco Aurélio Nogueira - Se a questão é entender a crise do modelo *brasileiro* de democracia, deveríamos retornar ao século XIX, quando mergulhamos num caminho de

construção do Estado que não conseguiu jamais de definir claramente nem se completar. Avançamos reiterando formas anacrônicas de deliberação e de organização dos interesses (como o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, o corporativismo), que subsistem até hoje ainda que em posição subalterna. O Brasil se modernizou muito nas últimas décadas e passou a conviver com formas “pós-tradicionais” de vida que se compõem e se articulam com um tradicionalismo resiliente, com a miséria e a exclusão de uma parte enorme da população e com uma diminuição muito lenta da alienação e da arrogância das elites. Não são propriamente as regras procedimentais do jogo democrático que explicam a crise (por isso não temos uma “crise institucional”), mas as relações entre Estado e sociedade, que se modificam muito com a radicalização da modernidade. O modelo atual falha porque não consegue mais refletir a sociedade que está se projetando e também porque paga um tributo alto demais às más tradições nacionais. A crise é ampla, de vastas proporções. Não é exclusivamente brasileira. Tem a ver com o quadro mais geral de transição para uma nova forma de vida, de Estado e de organização social. No Brasil, ela é agravada pela reprodução da pobreza, pelos buracos negros que se espalham pelo País, pela dificuldade que temos tido, historicamente, de integrar a população aos benefícios do progresso e de domesticar os setores sociais mais retrógrados. É uma crise grave, mas não me parece que seja invencível, definitiva ou catastrófica. Nela tanto há elementos deletérios e ameaçadores quanto elementos que se abrem para uma reconstrução positiva da humanidade (uma unificação dela em níveis superiores). Uma nova democracia só poderá nascer de uma adequada tradução política dos novos termos da modernidade. Teremos de “inventá-la”. De certa maneira, ela terá de ser

participativa e representativa, deliberativa e institucionalizada, e em seu peito deverá pulsar um coração mais “ético-político” que friamente racional.

***IHU On-Line* – Que tipo de reforma política poderia ser feita para que não ocorresse mais o tipo de escândalo político que temos hoje no Brasil?**

Marco Aurélio Nogueira - Uma reforma política que promovesse um mero arranjo nas instituições não teria potência suficiente para coibir a reiteração de escândalos políticos. Tudo bem que o regime é permissivo e facilita a reprodução de práticas pouco democráticas e pouco republicanas. Mas o defeito maior, se é que se pode falar assim, está na cultura política, no modo como nos vemos e agimos no mundo da cidadania. O defeito é sistêmico e geral, tem a ver com a atual fase de reorganização global da vida e com a sua tradução em termos brasileiros. Nenhuma reforma política poderá dar conta disso se não vier acompanhada de uma recuperação abrangente das relações entre Estado e sociedade, na qual também sejam redefinidas as relações entre Estado e mercado. Enquanto o dinheiro e a economia estiverem ditando as regras e prevalecendo sobre a política, as crises serão o cotidiano.

Uma política com muita política. Uma política com pouca política. Uma política sem política

***IHU On-Line* – E como poderia ser feita uma reforma dos políticos? Que características fundamentais um bom político deveria ter? Como se relacionam aí os conceitos de ética e justiça?**

Marco Aurélio Nogueira - Sempre houve e sempre haverá um modo generoso de pensar a política como atividade dedicada a possibilitar a vida

coletiva, como luta para instituir um poder democrático, viabilizar o melhor governo e distribuir justiça. Como escrevi no meu livro *Em defesa da política* (São Paulo: Senac, 2001), essa seria a “política com muita política”, a política dos cidadãos, ou seja, daqueles que prezam seus direitos e defendem os direitos de todos, que têm noção clara das obrigações comuns e se preocupam em participar da construção de uma convivência superior. Trata-se de algo historicamente raro, difícil de prevalecer, ainda que, nos últimos séculos, não tenha nunca deixado de se manifestar. Por ser rara, e por expressar uma construção delicada, esta política tem sido quase sempre deslocada ou pela política que se volta para o poder, a autoridade, a coerção, a conquista de votos e de posições de força, ou pela política que usa e abusa da técnica, dos saberes especializados. Chamo estas outras políticas de “política com pouca política” (a dos políticos profissionais, por exemplo) ou “política sem política” (a dos técnicos). Ambas têm a sua dignidade e são indispensáveis. O ideal seria que estas três formas de política convergissem e se complementassem reciprocamente. Não é, porém, o que ocorre. Elas nem sempre vivem em harmonia ou em equilíbrio perfeito, e em alguns momentos o atrito entre elas chega a ser forte demais. Sem uma integração virtuosa delas, a tendência é que a “política dos cidadãos” não se imponha às outras duas. A “política dos políticos”, e também a dos técnicos, fica então solta e desconectada do núcleo fundamental da vida coletiva, acabando por se voltar contra os cidadãos. Os políticos existem para ser fiscalizados e criticados radicalmente. Afinal, eles são peças-chave da vida social, e seus erros não podem passar despercebidos, nem devem ser tolerados, pois repercutem e interferem demais na vida de todos. Hoje, no Brasil, precisamos ser implacáveis com os políticos, até mesmo para encorajá-los a que se auto-reformem. Mas me parece um equívoco

agir como se os políticos concentrassem toda a maldade, e a sociedade fosse o depósito imaculado da bondade. Precisamos tentar sempre vincular uma coisa à outra, sob pena de não vermos a essência das coisas. Se pensarmos em termos maniqueístas, não teremos sequer a chance de impor outra qualidade à política. Ficaremos sem política alguma, sem diálogo ou mediação alguma, entregues, portanto, à tirania dos grupos mais fortes, do mercado, dos argumentos de autoridade, e assim por diante.

O risco é que a sociedade civil fragmentada "fuja" do País

***IHU On-Line* – E como a sociedade civil pode contribuir para que tenha uma reforma política mais democrática?**

Marco Aurélio Nogueira – A sociedade civil deveria estar o tempo todo em busca de formas sempre mais avançadas de unificação e politização. Ela é "organizada" apenas em termos: o que existe de fato é uma miríade de movimentos e associações lutando por seus interesses e por suas convicções. A sociedade civil é sempre um espaço de explicitação da diversidade social. Mas é razoável esperar que os diferentes movimentos possam evoluir em direção a uma "zona de consenso", da qual possam partir parâmetros para a organização de uma vida coletiva melhor, mais interessante e mais digna. Sem esforços de unificação e politização, não há como caminhar nesta direção. Temos hoje, no Brasil, uma relação imperfeita entre Estado e sociedade civil. O Estado está afastado de uma interação forte com a sociedade civil. A sociedade civil, por sua vez, está cortada por interesses e iniciativas que não conseguem se compor de modo minimamente unificado. No contexto atual, o risco maior é que esta sociedade civil fragmentada e despolitizada "fuja" do País, de seus problemas reais, e passe a funcionar de modo auto-

referido. É por isso que falo em lutar por *Um Estado para a sociedade civil*, expressão que dá título ao meu livro mais recente (São Paulo: Cortez, 2004). Não se trata de ter mais "Poder Executivo", que é uma das faces do Estado, mas de se ter mais "comunidade política", que é o coração do fenômeno estatal. Sem este Estado-comunidade política, nenhuma sociedade civil pode cumprir função positiva. A sociedade civil é, aliás, parte central da face ético-política do Estado.

***IHU On-Line* – Como vencer o descrédito do povo na política? Como superar a idéia de que todos os escândalos sempre terminarão "em pizza"?**

Marco Aurélio Nogueira – Os políticos não operam fora de um contexto sociocultural e institucional, e não podemos avaliar a atividade deles sem analisar esse contexto. Hoje, o campo da política está complicado por dois blocos de problemas: por um lado, a globalização da comunicação, a velocidade, a quantidade e a variedade das informações, as alterações estruturais na organização social, o surgimento de uma nova cultura (mais individualista, mais voluntarista) desgastam a democracia representativa e tendem a problematizar a relação das pessoas com a política. Por outro lado, particularmente no Brasil, temos evoluído, nos últimos tempos, sem um correspondente esforço coletivo para valorizar a política e dignificar a atividade política. Há governantes que se dedicam a diminuir ou menosprezar a importância dos políticos e da luta política, e são muitos os que pensam, arrogantemente, que a oposição e a crítica são armas destrutivas, que atrapalham.

O estado de espírito geral é moralista e meio nihilista

Parte da sociedade se entrega à apatia e à indiferença, ao mesmo tempo que

outra parte se mexe freneticamente e critica sem parar. O estado de espírito geral é moralista e meio niilista. Há pouco debate consistente, pouco envolvimento com os assuntos que dizem respeito à vida coletiva. As pessoas, e mesmo a maioria das associações, movimentam-se basicamente para defender os próprios interesses. Tudo parece sancionar um distanciamento entre a sociedade e o Estado. Com isso, os políticos tendem a reforçar seu isolamento e são capturados pelo lado mais perverso da política (o da força, da fraude, da dissimulação, da corrupção). Em suma, não conseguem se atualizar nem se reformar como representantes ou como “classe política”. Perdem crédito com a população e ficam sem incentivos para melhorar. No fundo, os políticos precisam de um “choque” de política: precisam de mais política, não de menos. Sem isso, o risco de “tudo terminar em pizza” existirá sempre.

IHU On-Line - O senhor afirma que não pode haver Estado democrático sem cidadania ativa e sem participação. Como chegar a isso? Como estimular e dar abertura real para a sociedade civil na política?

Marco Aurélio Nogueira - Se os governos não interagem bem com a sociedade civil, e se a sociedade civil está muito fragmentada e não consegue politizar sua diversidade (isto é, unificá-la em nível superior), por que deveria haver estabilidade no relacionamento entre estes dois planos? O posicionamento oscilante da sociedade civil diante do governo é um reflexo do caráter errático e imperfeito da relação entre Estado e sociedade civil. A presença da sociedade civil nos processos políticos e na gestão pública do País tem aumentado e se democratizado nos últimos anos, sobretudo se entendermos democratização no sentido de avanço da ocupação de espaços e de participação. Há muita participação de

fato no Brasil. E muitas das opções de gestão que foram sendo tomadas na última década e meia (por exemplo, a descentralização, o orçamento participativo etc.) ajudaram a que isso se consolidasse. Mas falta uma “amarração” final neste processo, que é justamente a politização. Há democratização, mas ela ainda não se completou nem explicitou toda sua potência emancipadora.

Holloway e Negri

IHU On-Line - Como o senhor vê as idéias de uma democracia direta, com base no pensamento de John Holloway, no livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*, e de Hardt e Negri com o conceito de *multidão*?

Marco Aurélio Nogueira - As idéias de Holloway são uma interessante provocação, mas não oferecem qualquer plataforma consistente de ação. Permanecem num terreno voluntarista, de ação emancipadora genérica, sem pensar a questão do Estado e do governo. No que têm de melhor, dizem-nos que não basta conquistar o poder de Estado (o governo) para que as transformações ocorram, que o mais importante é organizar as bases da sociedade. Traduzindo assim suas idéias, temos uma proposição razoável, que integra as melhores tradições do pensamento crítico de esquerda. Antonio Gramsci⁵ falou isso antes e de modo muito melhor do que Holloway. Deveríamos ler com maior interesse as brilhantes considerações que Gramsci fez nos

⁵ **Antonio Gramsci** (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. (Nota da *IHU On-Line*)

*Cadernos do Cárcere*⁶ a respeito da questão da hegemonia: não basta ter força de coerção, o mais importante é dirigir intelectual e moralmente a sociedade, e o ator que chega ao poder sem ter pavimentado o caminho da hegemonia (da direção cultural) não tem como agir de forma reformadora. Creio que estamos assistindo a uma falha desse tipo na atual conjuntura de crise nacional. Quanto a Hardt e Negri, há neles um empenho dedicado para explicar o mundo que está nascendo da modernidade que se radicaliza. A fragmentação, a individualização e a desterritorialização estão de fato problematizando os sujeitos, os atores políticos e as classes sociais. A idéia de *multidão* tem alta força descritiva. Mas não traz consigo um “programa político” plausível, sequer em relação à proposição de uma forma confiável de “democracia direta”.

***IHU On-Line* – Qual sua postura sobre o tema do desarmamento, da violência e da construção de uma cultura de paz?**

Marco Aurélio Nogueira – Violência e insegurança são situações inerentes ao atual modo de vida, sobretudo em condições de modernidade radicalizada que se combina com reprodução da pobreza e da miséria social. O desarmamento é um recurso fundamental para desmontar o arranjo perverso que fomenta a violência. Nada há o que justifique a posse de uma arma para se preservar o direito à autodefesa. A grande “arma” do cidadão democrático é a política, a organização e a capacidade discursiva. É com isso que ele garante o direito de se defender. Uma cultura da paz não pode nascer numa sociedade que banaliza a autodefesa e que facilita o acesso às armas. Mas ela também não se afirmará, como cultura, com base em disposições legais. Precisa estar sustentada por um

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; 2002. (Nota da *IHU On-Line*)

amplo processo de recuperação das condições de vida e de educação política.

***IHU On-Line* – O referendo pode ser uma forma de estimular a cultura da democracia participativa?**

Marco Aurélio Nogueira – O referendo é um dispositivo de consulta, dedicado a incorporar a vontade do cidadão ao processo de tomada de decisões públicas e de elaboração das leis. Foi concebido para melhorar as leis e para dar maior legitimidade a elas. Não está direcionado para estimular uma cultura participativa. Essa virá muito mais de outras fontes: bons governos, bons partidos, cidadãos bem educados politicamente, interesses sociais capazes de se medir uns pelos outros, vida republicana ativa.

“Impor ao Brasil um modelo ético é um erro político fatal”

Entrevista com Roberto Romano



Para Roberto Romano da Silva, professor na Universidade Estadual de Campinas, a ética não entra como programa. Ela é um processo e também um conjunto não homogêneo (na verdade, contraditório) de propostas doutrinárias e novas formas de comportamento e valores que permanecem, vindos de antigas formas sociais, portanto seria um grave erro e um genocídio impor uma ética a um Brasil multicultural. Romano, que concedeu entrevista a seguir à *IHU On-Line* por e-mail, cursou o doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. É pós-doutor e livre docente pela Unicamp.

Escreveu, entre outros, os seguintes livros **Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979; **Conservadorismo Romântico**. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. **Moral e Ciência. A monstruosidade no século XVIII**. São Paulo: Senac Ed., 2002; e **O Desafio do Islã**. São Paulo: Perspectiva, 2004. De Roberto Romano já publicamos três entrevistas, uma na 39ª edição de *IHU On-Line*, de 21 de outubro de 2002, intitulada *O Brasil e a democracia*, outra na 130ª edição, de 28 de fevereiro de 2005, intitulada *“O projeto é um primor de formalismo, de um lado, e de populismo, de outro”*, e outra que realizamos com ele na 149ª edição, de 1º de agosto de 2005, chamada *A má consciência transformada em má fé*.

***IHU On-Line* - Em que medida a crise brasileira é também uma crise do modelo de democracia que vivemos? Como a crise política atual desvenda as fragilidades do modelo de democracia instaurado?**

Roberto Romano - Dificilmente o Estado e a sociedade brasileiros entrariam na qualificação de formas democráticas. M. Halbwachs⁷, atilado comentador de Rousseau, na sua edição crítica do **Contrato Social**

⁷ Maurice Halbwachs (1877-1945): sociólogo francês. Autor de trabalhos sobre as relações entre a psicologia e a sociologia. Escreveu *Morfologia social*. (Nota da *IHU On-Line*)

afirmava em 1943 que no século XX raros Estados seriam democráticos se o modelo rousseoísta fosse usado como o padrão analítico. É preciso apurar, hoje, as noções de democracia, federalismo, sociedade civil etc., se quisermos pensar o mundo brasileiro, por exemplo, o federalismo. O nosso modo de unir os estados tem pouco de “federalismo” e muito de Império. Tomemos a indicação da jurista Anna Gamper que analisa as formas federativas para apontar as fraturas no projeto da União Européia: “Por unanimidade, as definições de federalismo reconhecem o fundamento

da palavra latina *foedus*, que significa *pacto*. Todas as teorias concordam que federalismo é um princípio que se aplica ao sistema que consiste em, pelo menos, duas partes constituintes, não totalmente independentes que, juntas, formam todo o sistema. O federalismo, pois, combina o princípio da unidade e da diversidade (*concordantia discors*). As partes constituintes devem ter poderes próprios e devem ser admitidas com base no âmbito federal”⁸. Da definição escolhida pela autora, tomemos a parte onde ela afirma a exigência *sine qua non*, a que declara o seguinte: “as unidades constituintes devem ter poderes próprios”. Desde a Independência, o Poder Central brasileiro monopoliza todas as prerrogativas do Estado e não as partilha com os demais entes, supostamente unidos hoje por laços de federação. Se realmente em nosso caso *foedus* significasse *pacto*, teríamos graus crescentes de autonomia, dos municípios ao Poder Central. Como o Império herdou as terras coloniais portuguesas — imensas terras — para ele o mais urgente era garantir as fronteiras do enorme país e impedir a secessão das províncias. Para tal fito, a repressão militar foi a tônica, o que se tornou dramático durante a Regência, quando várias unidades levantaram-se em busca não de autonomia, mas de plena soberania.

Pouca autonomia e uniformização

A história do Brasil, desde aquela época até 1932 (com a Revolução Constitucionalista de São Paulo), tem sido a crônica de um controle férreo das províncias, depois estados, pelo Poder Central. É como se cada Estado, sobretudo os que se levantaram em armas (Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Bahia, São Paulo, para recordar apenas alguns deles) fosse submetido à invasão permanente

dos que dirigem o todo nacional. Resulta que a nossa “Federação” concede pouquíssima autonomia aos estados e municípios, em todos os planos da vida política, econômica, etc. De Brasília, leis uniformes regulamentam até os detalhes da ordem nacional, desconhecendo deliberadamente as diferenças regionais, culturais, geográficas etc. Do Oiapoque ao Chuí, há uma uniformização gigantesca que obriga cada uma das regiões a se pautar pelo tempo longo da enorme burocracia federal, perdendo-se tempo precioso para o experimento e modificações das políticas públicas em plano particularizado. Enquanto em outras federações, como a norte-americana (e apesar do grande centralismo daquele país) vigoram diversas leis, penais, educacionais, tecnológicos etc., no Brasil, a mão de ferro do Estado Federal (nos três poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário) controla, dirige, pune e premia os Estados, segundo sustentem os interesses dos ocupantes temporários de Brasília. Para realizar semelhante controle, as oligarquias regionais surgem como operadores de face dupla: servem para trazer os planos do Poder Central aos estados e para levar ao mesmo poder as aspirações de estados e municípios. O lugar onde as negociações entre os dois níveis (Central e Estadual) ocorrem, normalmente é o Congresso. Ali, Presidência e Ministérios buscam apoio aos seus planos, inclusive e, sobretudo, de leis. É impossível conseguir recursos orçamentários, por exemplo, sem as “negociações” e nelas o *modus operandi* identifica-se ao conhecido “é dando que se recebe”. Assim, os planos federais de inclusão social e democratização societária patinam na enorme generalidade do “grande Brasil”, enquanto as unidades aguardam as “providências” de uma burocracia pesada, incapaz de entender os vários ritmos e formas de vida e pensamento regionais.

⁸ A Global Theory of Federalism: The Nature and Challenges of a Federal State. *German Law Journal*, n. 10, 1 out. 2005. (Nota do entrevistado)

A quase mendicância ao Poder Central

Nos impostos, essa concentração irracional de poderes deixa estados e municípios sempre à mingua de recursos. Verbas provenientes de impostos ou a eles ligadas, como no caso das exportações, não são repassadas às unidades ou não são repassadas em tempo certo, permanecendo nas mãos dos Ministérios Econômicos. Governadores e prefeitos são reduzidos à quase mendicância do Poder Central. Não ignoro as dificuldades gigantescas, se quisermos modificar esta forma de relacionamento federativo em nosso país. Valho-me novamente da jurista Anna Gamper: “A economia política do federalismo e o federalismo fiscal tornaram-se um dos mais extensos e difíceis campos interdisciplinares da pesquisa sobre o federalismo, em que os conceitos de assimetria, competição e cooperação desempenham papel importante. Também é o campo em que os níveis inferiores que não participam do sistema, como os municípios, são admitidos excepcionalmente a entrar na arena como “partes terceiras”. As relações financeiras entre a unidade central e as partes mais baixas e as terceiras partes são de suma importância para o sistema. A estabilidade financeira e a igualização, bem como a cooperação entre as partes da base são obrigatórias para um efetivo sistema federal. A distribuição das competências não é completa se não existem regras que dividem os poderes financeiros entre o poder central e as unidades constituintes. Se as partes constituintes que precisam de recursos para financiar suas responsabilidades as recebem sobretudo de subsídios que são a elas alocados pela unidade central (e devem ser acompanhados por certas condições que restringem seu poder de gasto) o arranjo fiscal parecerá um sistema de estado não-

federal e não tanto um estado federal que pressupõe teoricamente graus de autonomia financeira das partes constituintes, isto é, o poder de arrecadar taxas e gastar orçamentos próprios”.

Democratização é impossível sem efetiva federalização

No meu entender, é impossível chegar à democratização da sociedade sem a efetiva federalização do Brasil. Um dia antes da escolha de Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados, assistimos à enésima caminhada de prefeitos do País inteiro rumo ao Congresso para reclamar recursos, autonomia, modificações em leis eleitorais e de estruturas municipais. Naquele dia, como em muitas outras ocasiões, os prefeitos foram tratados como estranhos no Parlamento Federal, o que gerou um conflito só resolvido com o emprego da força física pela segurança da Casa das Leis. Enquanto tal situação permanecer assim, a fábrica das manobras corruptas (nas duas pontas, nos municípios e na capital da República) estará em pleno funcionamento. A Controladoria Geral da União (CGU) tem feito um bom trabalho de investigação nos municípios, levantando a situação das suas finanças, punindo os administradores de má fé e ensinando os prefeitos e vereadores que não possuem conhecimentos jurídicos a bem empregar recursos para o bem coletivo. Mas um trabalho assim excelente, exigiria a real federalização das unidades e de todo o político brasileiro, que alocaria maiores recursos aos municípios, sem a venda do apoio ao governo federal na bacia das almas. Coisa da qual estamos ainda muito distantes.

***IHU On-Line* - Quais os caminhos para a realização de uma verdadeira democracia social?**

Roberto Romano - Entre outras coisas, diminuir a concentração da

renda, abolir a prática do favor (obscena nas eleições), enfraquecer a burocracia cartorial (das escolas à Justiça), assegurar amplo ensino técnico, abrir hospitais, delegacias com funcionários treinados e bem pagos. Incentivar ao máximo a melhoria do ensino dos primeiros níveis, tarefa mais do que gigantesca. Essas políticas, porém, são caras e lentas, exigem compromisso efetivo com a ordem democrática, princípio ignorado pelos que fazem leis por encomenda de governos renitentes à administração impessoal, apartidária, não-ideológica.

Impor ao Brasil um modelo ético, além de genocídio inclemente, é um erro fatal

***IHU On-Line* - Qual o lugar da ética em uma nova proposta de democracia na política?**

Roberto Romano - A ética não entra como programa. Ela é um processo e também um conjunto não homogêneo (na verdade, contraditório) de propostas doutrinárias e novas formas de comportamento e valores que permanecem, vindos de antigas formas sociais. Desejar impor ao Brasil (com muitas culturas e origens nacionais e históricas diversas) um modelo ético, além de genocídio inclemente, é um erro político fatal.

***IHU On-Line* - Quais as conseqüências mais nocivas da lógica da indistinção entre o dinheiro público e privado no sistema político vigente?**

Roberto Romano - A permanente corrosão da república. Dela advém, por exemplo, a instituição despótica que define a existência de cidadãos separados em dois tipos: os que têm foro privilegiado e os que são desprovidos daquele privilégio. É desaforo, quando se trata de uma república. A hipocrisia que acompanha a sua justificativa não esconde que

ladrões do erário possuem, naquele ordenamento legal, mas ilegítimo, o salvo-conduto para delinquir em paz. Se existem privilégios assim, a república desmorona porque some a fé pública, a famosa *accountability*. Esta, ao contrário do que imaginam os colunistas econômicos e jovens funcionários dos bancos ou do governo, não significa “assegurar a confiança dos investidores”, mas “garantir a confiança dos cidadãos nas autoridades”. Isso, claro, se falarmos em democracia. Contudo, quem, nas bolsas e na “economia globalizada”, se preocupa com a democracia?

***IHU On-Line* - O senhor afirma que a política eticamente correta opera tendo em vista a luta pelo sentido, para bem utilizar o tempo que nos resta como humanidade, povo, indivíduo. Que características compõem essa política?**

Roberto Romano - Os estados e os particulares devem operar seguindo padrões realistas na avaliação do potencial que a natureza ainda oferece e prever o tempo restante para o uso dos recursos são finitos (petróleo, água etc.). Cabe aos governos e às sociedades fazer o cálculo (tremendo) do tempo que resta à humanidade, antes da morte de nosso planeta (caso dos ateus ou sem fé) ou do nosso retorno ao divino. A política a ser assumida nesse cálculo, se não for democrática, será uma paródia sacrílega do Juízo Final. Um grupo de potentados e ricos decidiria, como deuses, quem deve cair primeiro nas vascas da agonia coletiva, quais povos serão tragados pela morte e quais outros sobreviverão, como vampiros coletivos, do sangue e das riquezas roubadas dos coletivos pobres. Somos caminhantes do Eterno e recebemos esta casa, a Terra, por tempo definido (não sabemos os seus limites). Um dia haverá o Apocalipse, mas a situação da humanidade naquela hora tremenda (*Quantus tremor est futurus, / quando iudex est*

venturus,/cuncta stricte discussurus) será a obra de todos e de cada um dos humanos. A política que transforma a riqueza natural em dinheiro, certamente, será um dos maiores pesos na balança que oferece apenas o Inferno para os que dela usufruíram. “E sobre ela choram e lamentam os mercadores da terra, porque ninguém mais compra as suas mercadorias (...) de cavalos, e de carros, e de corpos e almas de homens. (...) Os mercadores destas coisas, que com elas se enriqueceram, estarão de longe, pelo temor do seu tormento, chorando, e lamentando, e dizendo: Ai! ai daquela grande cidade...” (Apocalipse, 18, 11-15). E lançaram pó sobre as suas cabeças, e clamaram, chorando, e lamentando, e dizendo: Ai, ai daquela grande cidade, na qual todos os que tinham naus no mar se enriqueceram em razão da sua opulência, porque em uma hora foi assolada.

O mesmo governo que arranca verbas da segurança assume a diretiva de desarmar a população

IHU On-Line - Qual sua postura sobre o tema do desarmamento, da violência e de uma cultura de paz?

Roberto Romano – Fui dominicano por um bom tempo e tenho Tomás de Aquino como guia ético. A resposta à pergunta, apresento-a com a noção de autodefesa encontrável na **Suma Teológica** (IIa IIae, q.64, a.7). Entendo aquela doutrina, com outros analistas, como o direito da pessoa defender a si mesma (e aos seus) mesmo com o risco de morte própria e do agressor. É possível debater esses pontos doutrinários e de hermenêutica, mas não julgo ético, nem democrático, nem justo, definir como inquestionável, como um dogma, o desarmamento dos particulares. Numa sociedade não-democrática, os ricos e remediados continuarão armados, com os “serviços de segurança”, verdadeiros exércitos privados que servem (como ocorre com

a própria polícia) como elemento de transmissão de armas para os que se levantam contra a lei. O mesmo governo que arranca verbas da saúde, da educação e da segurança, as coloca em superávits primários fantásticos e assume a diretiva de desarmar a população sem lhe devolver em serviços. *Last but not least*, não aceito o monopólio absoluto da força física nas mãos do Estado, mas apenas o relativo. Os cidadãos, num Estado democrático, têm o direito de se armar, inclusive e não raro, sobretudo, contra tendências e organismos tirânicos dos governos, também não raro ligados a interesses de poderosos econômicos, políticos etc.

O atual referendo não é legítimo

Considero que o atual referendo não é legítimo. Uma longa discussão com o povo soberano (com o desarmamento, ele perde ainda mais dessa prerrogativa) e o plebiscito seriam o modo justo de encaminhar essa decisão política e jurídica. A propaganda do governo, que chega à calúnia ao insinuar má fé dos que defendem o direito natural e constitucional do porte de armas pelos cidadãos, é um ato de força e de açambarcamento de poderes. Sofismas são empregados para eludir questões de princípio (por exemplo, dizer que os particulares não possuem o mesmo adestramento dos que optam por agir contra a lei). Questões técnicas não podem substituir princípios. O Estado que proíbe a defesa dos cidadãos contra atos ilegítimos das autoridades e contra os que zombam da lei, é tirânico. Esta minha posição vai contra o pensamento imperante. Julgo antiético, porém, calar a divergência para ser bem acolhido entre os que aceitam as teses mais em voga. Em se tratando de paz, sigo Vegécio⁹: *Si vis pacem, para bellum* (“Se queres a paz prepara-te

⁹ Vegécio (fim do séc. IV - m. início do séc. V): escritor latino, autor de um *Tratado de arte militar*. (Nota da *IHU On-Line*)

para a guerra”). O Estado tem o direito de controlar, vigiar, administrar a distribuição de armas aos particulares. Ele tem o direito de punir os erros ou crimes cometidos com o porte de armas, mas desarmar o cidadão é tirania. Lembrem-se os que aceitam os argumentos e as propagandas governamentais o levante dos judeus em Varsóvia, símbolo de resistência à tirania até 16/05/1943. Existem Estados bandidos, como o nazista, e não ter armas contra ele é suicídio. E nenhum Estado está isento de se transformar em bandido ou de abrigar entre seus funcionários bandidos que usam a força física e a força oficial para matar diretamente (ou por via interposta) cidadãos pacíficos. Aos que se entregam totalmente ao Estado para “conseguir a paz” recomenda-se a Cidade de Deus: “Os reinos não seriam apenas grandes quadrilhas de bandidos? E o que é uma quadrilha senão um pequeno reino? Pois ela é uma reunião de homens onde um chefe comanda, onde um pacto é reconhecido, onde certas convenções regulam a divisão do botim etc., etc. ...”.

IHU On-Line - Que relações podem ser estabelecidas entre exclusão e violência? O referendo pode ser uma forma de estimular a cultura da democracia participativa?

Roberto Romano – O próximo referendo, no Brasil, não estimula nenhuma democracia participativa, visto que reduz o cidadão a dizer sim ou não a uma lei já aprovada, sem debates pacíficos e sérios. O mutismo e propaganda — quando os dirigentes não ouvem ninguém e não seguem a regra de escutar argumentos *in utramque partem*, antes de decretar leis — só conduzem às tiranias.

IHU On-Line - Antes da eleição de Lula, o senhor afirmou em uma

entrevista¹⁰ concedida à nossa revista, durante uma visita à Unisinos, que caso Lula fosse eleito, havia a possibilidade de um golpe de Estado por parte das elites. Como o senhor reavalia essa postura com base na trajetória do governo até então?

Roberto Romano – Os mais que possíveis golpistas não precisaram tomar medidas extremas porque o governo Lula, numa traição costumeira entre demagogos, assumiu a política adequada ao capital financeiro. Assim, ele mesmo deu o golpe que, aplicado pelas famosas elites, seria um desgaste para elas. O governo Lula assumiu a tarefa de realizar o que os franceses chamam *sale boulot*. Quem desejar, traduza a expressão, saborosa como só os franceses conseguem fazer, do modo que julgue mais delicado.

¹⁰ Refere-se à entrevista concedida por Romano à *IHU On-Line* nº 39, de 21 de outubro de 2002. (Nota da *IHU On-Line*)

A ausência de garantias democráticas gera corrupção e pobreza

Entrevista com Francisco Colom



Francisco Colom González é doutor em Filosofia pela Universidad Complutense e diplomado em Ciência Política pelo Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, de Madri. Foi professor titular de Sociologia na Universidad Pública de Navarra e presidente da Asociación Iberoamericana de Filosofía Política e da Asociación Española de Estudios Canadienses. Seus primeiros trabalhos abordaram a teoria política da Escola de Frankfurt. Desenvolveu diversas linhas de pesquisa sobre os significados políticos da modernidade: as gêneses culturais de identidades coletivas, a gestão política da etnicidade, as dimensões simbólicas e normativas do nacionalismo etc. Atualmente, é pesquisador titular do Consejo Superior de

Investigaciones Científicas, de Madri. Coordena um projeto de pesquisa sobre as relações entre nacionalismo e catolicismo político e prepara um livro sobre os recursos culturais da imaginação nacional. É autor, entre outros, de *Las caras del Leviatán. Una lectura política de la Teoría Crítica*. Barcelona, Anthropos, 1992; *Razones de identidad: pluralismo cultural e integración política*. Barcelona, Anthropos, 1998; e *El fuste torcido de la Hispanidad. Ensayos sobre la imaginación política iberoamericana*. Medellín (Colômbia): Universidad Pontificia Bolivariana-Concejo de Medellín, 2003. É também organizador de várias obras, entre as quais citamos: *El espejo, el mosaico y el crisol. Modelos políticos para el multiculturalismo*. Barcelona, Anthropos, 2001. Francisco Colom estará no IX Simpósio Internacional da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política e no VIII Colóquio de Filosofia Unisinos, que começará na próxima quarta-feira e se estenderá até dia 21 de outubro. Ele será o coordenador do painel de mesas temáticas do dia 20 de outubro. A entrevista a seguir foi concedida por e-mail.

IHU On-Line - Como o senhor vê o déficit de democracia na medida em que a representatividade exclui a participação da sociedade?

Francisco Colom - Um dos critérios para medir a eficiência dos sistemas democráticos é o nível de exclusão que eles mantêm. A democracia contemporânea é fruto de um processo histórico de inclusão que começou com os homens assalariados e brancos, continuou com as mulheres e as minorias étnicas e atualmente está

chegando aos imigrantes. Mas, além da participação no processo político, é também muito importante o conjunto de direitos que protege e garante juridicamente a qualidade da vida democrática. A dimensão social é fundamental: não haverá uma democracia estável, se ela não se sustentar sobre um contrato social justo. A desigualdade social foi utilizada com frequência para deslegitimar a democracia, qualificando-a de meramente “formal”, mas a verdade é que, sem os mecanismos de controle

democrático, a produção e a distribuição da riqueza não respondem às necessidades das pessoas e podem gerar inclusive maior pobreza. Regimes totalitários, como o da Coreia do Norte, autoritários, como o de Zimbábue ou “cleptocracias”, como as que ocorreram em alguns países latino-americanos e africanos, são exemplos de que a ausência de garantias democráticas gera corrupção e pobreza.

IHU On-Line - O que caracteriza a crise dos modelos partidários? Qual deveria ser o papel dos partidos em uma verdadeira democracia política? Quais os modelos alternativos de participação e ação da sociedade civil democrática poderiam ser citados?

Francisco Colom - A democracia representativa parece o único sistema operativo em nossas sociedades de massas. O problema, no entanto, não é só técnico e de tamanho (alguns autores falam em “ciberdemocracia”), mas tem a ver com as estruturas de formação da vontade coletiva em nossas sociedades. Os partidos políticos são uma invenção relativamente nova: não existiam na Grécia clássica, nem na França revolucionária, nem nos primeiros regimes constitucionais. Depois da última guerra mundial, consolidaram-se como o instrumento político por excelência nos regimes representativos, mas desde os anos 1960, foram perdendo legitimidade como mediadores: são acusados de desenvolver dinâmicas próprias e interesses específicos em detrimento dos interesses da cidadania. Há a tentação de atirar para fora todo este sistema de intermediação política, apelando abstratamente à “participação”, mas temos que levar em conta que a democracia moderna é um processo social complexo, no qual intervêm múltiplos atores e variáveis. Às vezes, o problema é que a participação se torna tediosa e não queremos participar, porque consideramos que há coisas mais interessantes do que a política. Na minha opinião, a alternativa não é a

reivindicação do populismo, nem a democracia plebicitária (algo que sempre encantou aos tiranos), mas a abertura de espaços de comunicação política, para que as pessoas intervenham e assessorem na formulação de decisões, com outro tipo de iniciativas e organizações sociais. De fato, isso já ocorre em muitos países, com movimentos sociais, iniciativas cidadãs, referendos, organizações não-governamentais etc. O Brasil, com suas experiências de orçamento participativo, oferece um exemplo interessante.

IHU On-Line - O Estado está desaparecendo no modelo neoliberal de desenvolvimento?

Francisco Colom - O chamado neoliberalismo, tal como ele se deu a conhecer internacionalmente, propõe as mesmas receitas para sociedades muito diferentes. Por isso, no meu ponto de vista, ele constitui mais uma ideologia do que uma doutrina econômica. Na Europa ocidental, as receitas neoliberais se dirigiram, sobretudo, a “emagrecer” o estado de bem-estar construído no pós-guerra e a diminuir os ônus fiscais sobre o capital e suas transações internacionais. O resultado de tudo isso foi limitar as prestações públicas que até então o Estado realizava como parte integrante dos direitos dos cidadãos. Contudo, é verdade que o Estado de bem-estar europeu é cada vez mais difícil de ser mantido, sobretudo no contexto de uma economia globalizada, e também porque há uma resistência social considerável por parte do eleitorado de renunciar a ele. A Alemanha constitui o exemplo mais palpável disso. O Estado de bem-estar constitui uma parte essencial do *European way of life* e não é fácil que ele desapareça por completo, considerando os ataques políticos e ideológicos contra ele. A previdência, o sistema de pensões e a educação pública constituem o núcleo duro desse sistema e, ainda que se reduza ou o complemente com iniciativas privadas, não é previsível que se transforme completamente para o modelo norte-americano. Na América

Latina, a situação é muito diferente. A aplicação de experiências neoliberais em massa nos anos 1980 sucede ao fracasso das políticas protecionistas de substituição de exportações aplicadas nas décadas anteriores. A ineficiência econômica destas últimas se viu, assim, substituída pelo modelo chamado “neoliberal”, que nem sempre deu os resultados esperados e cujos custos sociais foram tremendos. Por isso, num continente que tem os índices de desigualdade mais elevados do mundo, a renúncia ao papel distribuidor do Estado é chamada a incrementar a instabilidade social e política. Mas o Estado não pode desaparecer, nem na Europa nem na América, já que é obrigado a desempenhar uma tarefa insubstituível, como já diziam os teóricos do contrato social no século XVII: a da segurança coletiva. A privatização da segurança num mundo como o nosso, configurado pelo fim da Guerra Fria, se manifestou como um rotundo fracasso. Por tudo isso, não assistimos a um progressivo desaparecimento do Estado, mas a uma redefinição de suas funções e prioridades para âmbitos que não necessariamente respondem às necessidades de bem-estar e desenvolvimento de seus cidadãos. Trata-se de uma tendência muito preocupante.

IHU On-Line – O senhor já foi presidente da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política. Como essa instituição tem contribuído para pensar as questões da política mundial desde sua fundação?

Francisco Colom – A Associação Ibero-Americana de Filosofia Política (AIFP) é apenas uma modesta contribuição à criação de um âmbito ibero-americano de reflexão e debate político. Não é, nem pretende ser, a única iniciativa. Ademais, a AIFP se desenvolveu fundamentalmente na academia. Contudo, há duas circunstâncias que eu valorizo especialmente na hora de avaliar as funções de uma associação como a nossa. Por um lado, em nossos países,

não se produziu um isolamento total entre a reflexão acadêmica e a ação política. Não se trata, evidentemente, de pensar que as discussões acadêmicas de alguns professores universitários vão mudar o mundo, como se atreveu a imaginar a geração anterior à minha, mas sim, que, na esfera pública em nossos países, ainda ecoam as idéias e discussões que nascem do mundo acadêmico. O modelo de “intelectual” como Sartre¹¹ ou Zola¹² não existe mais, mas muitos acadêmicos ocuparam posições políticas, e muitos políticos procuraram assessoramento ou legitimação entre os intelectuais. Essas duas questões contrastam, por exemplo, com o que acontece nos Estados Unidos, onde a política está absolutamente desvinculada do âmbito intelectual e acadêmico. Nos *campi* norte-americanos, pelo contrário, encontramos uma intensa politização cultural (pense-se, por exemplo, no fenômeno da correção “política”), mas se é incapaz de dar o salto e vincular-se com a esfera pública. Assim, o debate político desenvolvido no âmbito acadêmico se converte em *Ersatzpolitik* (política de reposição), numa transferência do debate político para a sociedade. Talvez eu seja um tanto otimista, mas creio que a situação não é igual nos países ibero-americanos.

¹¹Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi *A Náusea* (1938) e seu principal trabalho filosófico é *O Ser e o Nada* (1943). Sartre define o existencialismo, em seu ensaio *O existencialismo é um humanismo*, como a doutrina na qual, para o homem, “a existência precede a essência”. Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias *Baudelaire* (1947) e *São Genet* (1953). *As palavras* (1963) é a primeira parte de sua autobiografia.. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou.

¹²Émile Zola (1840-1902): escritor francês. Criou o movimento literário chamado Naturalismo, segundo o qual se aplicava à descrição dos fatos humanos e sociais o rigor científico. Além de romancista foi também jornalista. Escreveu *O ventre de Paris* (1873); *A taberna* (1877); *Naná* (1880); *Germinal* (1885) é provavelmente o melhor romance de Zola.

destaques da semana

análise de conjuntura	pg. 23
livro da semana	pg. 31
entrevistas da semana	pg. 33
deu nos jornais	pg. 38
frases da semana	pg. 40

Análise de Conjuntura

Ruptura ou capitulação

Por Ricardo Carneiro

O economista Ricardo Carneiro, da Unicamp, abre o debate com o cientista político Juarez Guimarães, para quem “o governo Lula está imprimindo dinâmicas globalmente diferentes do período neoliberal”. Guimarães fez esta afirmação no artigo intitulado *O realismo da crítica e a invenção do futuro*, publicado pela *Agência Carta Maior*, no dia 5 de outubro de 2005. Segundo Carneiro, a atual gestão “situa-se no plano da capitulação”. Ricardo Carneiro é professor do Instituto de Economia e diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp e participou do grupo de economistas do PT. O artigo a seguir foi publicado no site da *Agência Carta Maior*, de 12 de outubro de 2005. Os subtítulos são nossos.

Um dos aspectos dramáticos da história da esquerda brasileira tem sido a sua oscilação entre dois pólos da ação política: a ruptura ou a capitulação. Isso tem ocorrido sobretudo na economia, um campo da ação política de inegável centralidade nas sociedades contemporâneas, pois, no seu entorno, se cristalizam interesses cruciais expressos na natureza das políticas econômicas. Nesse assunto, aqui como alhures, a esquerda tem ignorado reiteradamente o desafio da esfinge: “Decifra-me ou te devoro”, e tem sido, invariavelmente, devorada. Dessa perspectiva é fundamental realizar uma avaliação crítica da trajetória do governo Lula. Em que medida vem se constituindo numa experiência nova capaz de superar, na prática, os termos dessa polaridade?

É preciso louvar qualquer iniciativa que venha alimentar o debate sobre essa verdadeira síndrome bipolar da esquerda brasileira, sobretudo aquelas contribuições que recusem o diagnóstico fácil de que a política econômica que aí está é única possível, ou as pregações revolucionaristas para as quais o único caminho é a ruptura

integral com o sistema vigente. Dessa perspectiva cabe discutir o artigo recente de Juarez Guimarães, intitulado *O realismo da crítica e a invenção do futuro*, publicado pela *Carta Maior* em 5/10/2005. Sua tese central é inequívoca: o governo Lula foi capaz de superar essa polaridade ao construir no exercício do poder, um novo caminho, com falhas e equívocos, porém, uma superação. Nas palavras do autor: “Enfim, um balanço da atual gestão do governo Lula na economia evidenciaria que ela, em sua resultante, está imprimindo dinâmicas globalmente diferentes do período neoliberal...”

O texto inicia com uma tese ambígua ao afirmar: “O debate econômico recente no Brasil tem se polarizado entre, de um lado, a apologia conservadora do que é e, de outro, frágeis construções analítico-normativas das alternativas ao que existe”. A primeira pergunta a fazer é a quem o autor está se referindo? Ou, por que faz, na prática, coro com os que desqualificam as alternativas? Pode-se admitir que não há hoje, nem no Brasil, nem em outros países, uma alternativa integral, nos moldes do socialismo, ao

regime econômico vigente, a globalização. Mas é possível encontrar, além de políticas práticas, testadas e em execução em outros países, críticas sistemáticas e sugestões de políticas alternativas ao que aí está. Convém enfatizar que a disputa não ocorre apenas no campo ideológico, pois as formas de inserção dos países periféricos na economia globalizada, fundadas em políticas alternativas, foram bastante distintas, como se constata mediante a comparação entre a América Latina e a Ásia em desenvolvimento. Essas experiências alternativas são hoje objeto de intenso debate, inclusive na imprensa conservadora, pelo confronto: Consenso de Washington versus Consenso de Pequim.

Melhoria da economia brasileira veio do excepcional cenário internacional. Outros países cresceram mais

Se no caso brasileiro, as críticas e alternativas, mesmo as moderadas e reformistas não viraram políticas concretas, não parece correto buscar as razões na debilidade do pensamento crítico no plano das idéias, mas na esfera do poder, em particular, nas práticas do governo Lula e na sua opção por determinado caminho. Deixando de lado as alternativas revolucionaristas, caberia perguntar como o governo Lula tratou a tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro, aliás, boa parte dela incorporada a documentos políticos importantes do PT, como *Outro Brasil é Possível* e o *Programa de Governo 2002*?

Custa crer que essas idéias sintetizadas numa proposta de um desenvolvimento mais autônomo e distributivo possam ser tratadas como radicais. Afirmar que eram insuficientes ou apenas idéias gerais não resolvem o problema. Constitui apenas uma desculpa para

disfarçar a opção pelas políticas conservadoras. Afinal, se as políticas alternativas eram débeis, por que o governo Lula, em tese comprometido com os seus princípios, não promoveu no aparelho de Estado pelo menos uma discussão sobre as mesmas? Ou ainda por que, por meio do grupo dirigente do PT, interditou o debate sobre a política econômica no âmbito partidário? O que se viu foi a desqualificação sistemática das idéias e políticas alternativas por parte de próceres do governo mediante recurso ao discurso conservador e o reforço, nas esferas do Estado, dos quadros técnicos mais identificados com o pensamento liberal.

O autor, contudo, prefere atribuir o reforço das políticas conservadoras aos equívocos teóricos da esquerda nos seus vários matizes. Estas, ao recusarem as políticas de corte liberal, foram incapazes de perceber que essas políticas poderiam, ao contrário do que apregoavam, produzir o sucesso, e não o fracasso. Ao invés das crises, observou-se uma redução da vulnerabilidade externa, o afastamento da crise cambial e por aí vai. No afã de criticar os críticos das políticas, esquece-se de perguntar sobre a profundidade dessa melhoria, sua sustentabilidade e, o mais importante, suas relações com as ações postas em prática.

É possível demonstrar que a melhoria da economia brasileira veio sobretudo do excepcional cenário internacional. Países que praticaram políticas distintas e até mesmo contrárias à do Brasil como a Argentina tiveram desempenho superior ao nosso. Aliás, não se pode deixar de anotar que a nossa performance foi sofrível quando comparada com os demais países periféricos. Numa lista dos quinze maiores, ocupamos a 13^a posição quanto ao crescimento econômico entre 2003 e 2005. Todos receberam o

mesmo impulso, mas o crescimento foi bem distinto. Ora, a que atribuir isso senão à política econômica local?

Outro aspecto a ser questionado é sobre a perenidade da mudança. O autor aponta fatores estruturais a ela subjacente; no plano externo, o peso da China e da “nova divisão do trabalho”, puxando para cima os preços das *commodities* e, no plano interno, “o amadurecimento das cadeias produtivas exportadoras”. Ora, a ser isso verdade, como se trata de fatores estruturais, cujo tempo de maturação é longo, não deveria haver nenhuma relação com as políticas econômicas postas em práticas no governo Lula. Nesse último aspecto, o autor propõe uma tese equivocada ao elogiar a política cambial: “A desvalorização do real em 2003 deu sua contribuição e a manutenção de um patamar cambial muito diverso do primeiro mandato de FHC, apesar do artificial e preocupante surto recente de valorização do real, cria um cenário ainda positivo para o surto exportador.”

O governo Lula teve muita sorte

O ponto central é que o real se apreciou desde o início do governo Lula, a bem da verdade desde o último trimestre de 2002, e se dependesse da taxa de câmbio, e não do cenário externo, o desempenho das exportações teria sido acanhado. Voltemos, porém, à questão da sustentabilidade. Podemos contar de fato com a sustentação dos preços das *commodities* ou estamos mais uma vez diante de ciclos de preços, identificados por Prebisch¹³, no seu clássico sobre a economia da América Latina, e que, na sua reversão, terminarão por levar à deterioração de nossos termos de troca como já observado no passado? Até que ponto,

¹³ **Raul Prebisch** (1901-1986): considerado um dos maiores intelectuais latino-americanos da segunda metade do século XX. Foi um dos fundadores, ao lado de Celso Furtado, da escola estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (Nota da *IHU On-Line*)

com o passar do tempo, a China constitui um fator liquidamente positivo para nossas exportações? Vários estudos atestam que ela está se tornando uma importante concorrente nas *commodities* industriais exportadas por nós para os mercados centrais; o aço é um bom exemplo. Por sua vez, até que ponto o quadro internacional favorável não está inflado por um ambiente especulativo que deve reverter-se, tirando parte dos estímulos ao comércio e aos fluxos de capitais para a periferia?

O azar e a sorte fazem parte da vida, e o governo Lula teve muita sorte. Desde o seu início, e durante seu desenrolar, o cenário internacional foi excepcional. Tão bom como não se via desde os trinta anos do pós-Segunda Guerra. Da perspectiva da avaliação crítica do desempenho das políticas do governo Lula, a pergunta a fazer não se confunde com aquela do calendário eleitoral e que tem a reeleição como horizonte. O sentido da questão é mais profundo: e se o ciclo internacional durar o suficiente para que o presidente tenha o seu segundo mandato, o que se pode esperar do futuro? O governo Lula de fato aproveitou a conjuntura internacional favorável para impulsionar mudanças estruturais na economia brasileira?

A valorização do real é um erro estratégico. Padrão liberal que favorece os detentores de riqueza financeira

Olhada da ótica da inserção externa e da política cambial lato senso, a resposta é não. A valorização do real ao longo de todo o governo Lula se comprovará como um erro estratégico que cobrará seu preço em termos de competitividade das exportações industriais e da capacidade de atração de investimentos estrangeiros em setores intensivos em tecnologia. A maior abertura financeira aprovada no Conselho Monetário Nacional também

constituirá um elemento de fragilização na frente externa ante a provável reversão dos fluxos de capitais. O ponto essencial a assinalar aqui é que a política de crescente liberalização dos fluxos de capitais – iniciada no governo Collor, intensificada nos governos FHC e ampliada no governo Lula – e de flutuação exacerbada da taxa de câmbio, acompanhada de sua forte valorização recente, não contribuiu para uma inserção de melhor qualidade na economia globalizada. A afirmação anterior não se baseia em teorias, mas nas experiências exitosas de desenvolvimento que indicam uma presença decisiva do gerenciamento dos fluxos de capitais e da taxa de câmbio. O governo Lula todavia optou, nesse campo, por um padrão excessivamente liberal que interessa prioritariamente aos detentores de riqueza financeira e aos investidores de curto prazo.

Afinal, descontada a contribuição da conjuntura internacional, esse perfil de política econômica liberal, adotado pelo governo Lula na área cambial, não seria exatamente o mais correto, não só por ter produzido a melhoria dos indicadores apontada por Juarez Guimarães, como, sobretudo, por ser um antídoto eficaz contra novas crises? A resposta é novamente não, mas merece qualificações. No que tange ao curto prazo, as possibilidades de uma crise cambial motivada por um ataque especulativo contra o real são iguais ou maiores do que no passado. A combinação da ampliação da liquidez internacional com um ambiente doméstico mais liberalizado e altas taxas de juros implicou a entrada de volumes significativos de capital especulativo no país sob variadas formas, algumas das quais virtuais, como é o caso dos derivativos, estes últimos uma verdadeira bomba de nêutrons para as contas cambiais.

Da ótica do longo prazo, há dados positivos, como a redução da dívida externa e o novo patamar das exportações, mas em razão da ausência de políticas domésticas a continuidade dessa melhoria dependerá sobretudo do cenário internacional. Uma reversão desse cenário pode implicar, para além de um ataque especulativo, a deterioração dos indicadores de longo prazo, em particular uma queda do crescimento das exportações. Em resumo, os avanços foram associados a variáveis sobre as quais não possuímos controle algum. E se elas mudarem?

Governo Lula: coexistência de uma política macroeconômica conservadora com uma política progressista. A última sai perdendo

Na seqüência do texto, o autor aprofunda a sua crítica aos críticos da política econômica e enuncia tese principal: “Há uma segunda explicação para os erros de prognóstico dos críticos da política econômica. Refletindo a ancoragem teórica destas críticas, centradas nas teorias keynesianas, neokeynesianas e pós-keynesianas, que incidem de modo central sobre o comportamento da autoridade monetária, subestimaram-se as mudanças estruturais importantes introduzidas pelo governo Lula em uma série de agentes estatais de peso”. A tese é, portanto, inequívoca: o governo Lula não quis ou não pôde realizar mudanças substantivas na política macroeconômica, mas o fez exatamente onde se faziam necessárias e eram cruciais, no plano estrutural. Subjacente à tese está também a idéia de hierarquia das políticas econômicas, vale dizer a gestão macroeconômica seria inferior aquelas atinentes à reorientação dos agentes estatais.

A primeira objeção às opiniões de Juarez Guimarães pode ser formulada no campo da política. Se é verdade que as políticas econômicas são

hierarquizadas, as estruturais possuindo maior importância do que as macroeconômicas, pode-se concluir que o governo Lula optou por um maior enfrentamento com os interesses dominantes, vale dizer, buscou uma mudança nas políticas que envolvem uma maior disputa de interesses, deixando de lado aquelas como menor nível de conflito. Outra idéia discutível é a da hierarquia e preeminência do que o autor chama de políticas estruturais.

Seria mais correto classificar a orientação das políticas por sua combinação particular. Assim, por exemplo, a articulação de políticas macroeconômicas e estruturais conservadoras, como no caso da era FHC, produzem uma política econômica de corte conservador. No pólo oposto teríamos as políticas progressistas em ambas as dimensões. No caso do governo Lula, verifica-se a coexistência de uma política macroeconômica conservadora com uma política estrutural com elementos progressistas, embora de intensidade e alcance limitados. Ora, nessa combinação o que termina por acontecer é que o caráter progressista dessa última perde densidade, terminando por transformá-la em política compensatória, cujo papel é atenuar os efeitos negativos da primeira.

A ninguém é dado desconhecer a centralidade da política macroeconômica, sobretudo a da fixação dos juros numa economia capitalista. Aliás, os donos do poder sabem bem da sua importância. Tanto é assim que têm feito um esforço excepcional para excluir a gestão da política monetária do campo da política republicana. A tese do banco central independente nada mais objetiva do que excluir a gestão da moeda das injunções do poder político. Assim, desse ponto de vista, o ideal seria que no voto popular se disputasse o poder

mitigado, excluindo a política monetária, a cambial, a fiscal. Essas políticas deveriam funcionar por regras ou operadas por instituições com total independência dos governos, constituindo um verdadeiro “Estado de exceção”, na definição do filósofo político Giorgio Agamben¹⁴.

Obviamente não se pode ser ingênuo e acreditar que há razões técnicas a embasar essas propostas conservadoras. Sua *rationale* repousa na capacidade dos preços macroeconômicos, em particular da taxa de juros, em definir a trajetória da economia e alterar a distribuição da renda e da riqueza. O ponto essencial nesse caso é que tanto Marx quanto Keynes estariam de acordo sobre a essencialidade da taxa de juros e, mais do que isso, sobre o caráter político da determinação do seu valor, ao sabor da correlação de forças entre os detentores de riqueza financeira e os demais agentes econômicos, mediadas pelo poder estatal. O essencial a reter é que patamares distintos de taxa de juros definem ritmos também distintos de crescimento da produção e direitos diferenciados de apropriação sobre a riqueza criada.

Não há indicações que a distribuição de renda tenha melhorado. Pelo contrário.

¹⁴ **Giorgio Agamben** nasceu em Roma, em 1942. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do Collège International de Philosophie, de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Homo Sacer* (Einaudi, 1993/ *Homo sacer- O poder soberano e a vida nua -UFMG*), *Que lê resta di Auschwitz*, (Bollati Boringhieri, 1998) e *Stato di Eccezione* (Bollati Boringhieri, 2003). A matéria de capa do *IHU On-Line* 81ª edição, de 27 de outubro de 2003, é dedicada à Giorgio Agamben. (Nota do *IHU On-Line*)

Um exemplo pode elucidar a proposição acima. No Brasil, a manutenção de taxas de juros reais sistematicamente superiores a 11% ao ano, no último decênio, diminuiu o potencial de crescimento do país ao favorecer a aplicação financeira em desfavor da produção. O resultado tem sido um menor crescimento da renda e sua repartição crescentemente desigual em favor dos rentistas e em detrimento de lucros e salários. Esse é o verdadeiro núcleo duro do problema distributivo, denominado pelos economistas de distribuição funcional da renda. Não há indicações de que essa distribuição tenha melhorado no governo Lula. Ao contrário, a prática de taxas de juros extravagantes por um Banco Central ultraconservador sugere a sua deterioração. À luz desses dados, a afirmação de Juarez Guimarães, para quem a financeirização da economia foi, no governo Lula, parcialmente superada, mostra-se infundada.

Na manutenção do rentismo na economia brasileira, um dado definitivo é o do orçamento público. Ao longo do governo Lula, a conta de serviço da dívida tem se mantido em torno de 9% do PIB, valor equivalente àquele observado no segundo mandato de FHC. Os superávits primários canalizados diretamente para pagamento dos juros têm se ampliado continuamente, devendo alcançar esse ano valor próximo a 5% do PIB, algo como 15% dos gastos públicos totais. Esta é uma das vias pela qual se processa a concentração funcional da renda, aludida acima, impedindo na prática que se obtenha com o gasto público uma desconcentração da renda pessoal. Como assegurar uma política de inclusão social por meio da ampliação da oferta de bens públicos – saúde, educação, moradia, saneamento, transporte coletivo – intensivas em recursos fiscais, quando se transfere anualmente aos rentistas algo como R\$

150 bilhões, valor superior à soma de vários orçamentos sociais, inclusive ao maior deles, o da Previdência. Esses dados por si sós constituiriam uma desqualificação adicional da tese da superação parcial do rentismo. Aliás, diante da contínua ampliação do superávit primário no governo Lula, a proposição soa uma tanto esquisita.

Superávit primário é o “cobertor curto” do setor público brasileiro

Uma outra afirmação do autor a ser considerada é a de que a política econômica do governo Lula marca uma mudança na operação de agentes estatais de peso. Um primeiro ponto a destacar é a percepção de que de fato a gestão de certas entidades públicas mudou. Mas é preciso não a superestimar, nem perder de vista que as mudanças ocorreram na forma de operação de instituições já existentes, muitas delas oriundas do período desenvolvimentista. Isso quer dizer que, se houve nesse campo mudanças operacionais, elas não configuram um padrão essencialmente distinto fundado, por exemplo, na criação de novos agentes, ou numa forma diferente de articulação entre Estado e mercado.

A política financeira, por exemplo, tem aspectos positivos e negativos. A preservação do crédito dirigido, uma herança do período desenvolvimentista, constitui um aspecto positivo da política econômica. A reorientação da gestão das instituições públicas como BNDES, CEF, BB, Basa e BNB, no sentido de seu maior comprometimento com as operações de crédito, ante as operações de tesouraria, é fato inegável. Mesmo, porém, nesse campo é possível apontar limitações, como a preservação das restrições a empréstimos a entes públicos – empresas, prefeituras, e governos estaduais – oriundas de determinações do Conselho Monetário Nacional originárias do período FHC, e que excedem, pelo seu rigor, as determinações da regulação prudencial

emanadas do acordo de Basileia. Outro fator limitante é a redução do potencial de empréstimo dos bancos públicos, pelo confisco de parcela de seus lucros para compor o superávit primário.

Nas relações com o sistema financeiro privado, percebe-se o pouco avanço e, por que não dizer, a capitulação do governo Lula. Um indicador importante dessas relações é o comportamento da margem de lucro dos bancos, o *spread* bancário. A preservação de *spreads* elevados constitui uma das vias pelas quais a distribuição funcional da renda aludida acima se deteriora, pois implica transferência da renda dos assalariados e do lucro empresarial para os bancos. A manutenção da margem média de lucro dos bancos (*spread*) se deu apesar de todas as concessões do governo ao setor bancário, incluindo uma nova Lei de Falências. A despeito da proteção ampliada, os bancos relutaram em reduzir suas margens, exceto em algumas linhas como a do crédito consignado na qual a legislação posta em prática pelo governo criou uma espécie de capitalismo sem risco.

A pergunta quanto ao crédito consignado é se terá valido a pena tantas concessões aos bancos para, afinal, beneficiar os cidadãos necessitados de crédito. Olhada pelo custo dessas linhas, em média 40% ao ano, taxas de fazer corar agiota de país civilizado, a resposta é não. Mas alguns argüirão que as demais linhas custam o dobro, ou mais do que o dobro... Trata-se portanto de escolher entre o ruim e o péssimo. Ao questionamento anterior pode se agregar outro, relativo à dimensão do crédito consignado. Embora tenha crescido rapidamente a partir da sua implantação pelos bancos, esse tipo de crédito representa cerca de 10% do estoque de financiamentos concedidos às pessoas físicas. O crescimento, por sua vez, tende a arrefecer consoante as estratégias de diversificação de carteira dos bancos.

Um aspecto adicional na reorientação dos entes estatais, ressaltada por Juarez Guimarães, refere-se à ampliação da infra-estrutura econômica. Novamente aqui os dados são contraditórios. É visível a ampliação dos investimentos das empresas estatais na área de energia (petróleo e energia elétrica), mas que não é acompanhado nos demais segmentos. A nota negativa nesse caso refere-se ao desempenho medíocre dos investimentos públicos com origem no orçamento fiscal. Seus valores em 2003 e 2004, de R\$ 8 bilhões e R\$ 11 bilhões, correspondentes a respectivamente 0,4% e 0,6% do PIB, são os mais baixos da história recente do país, menores inclusive do que aqueles do segundo mandato FHC, durante o qual já foram bem reduzidos. A execução orçamentária do ano em curso não autoriza pensar em retomada ante a meta ampliada de superávit primário.

Pensar em crescimento sustentado diante de patamar tão baixo de investimentos públicos soa como miragem. Contrariando as opiniões de Guimarães, as determinações macroeconômicas aparecem aqui como cruciais. No plano dos gastos públicos, pelos elevados e crescentes superávits primários. E convém não subestimar a inteligência conservadora, pois o sistema de contabilização dos gastos públicos adota o princípio de vasos comunicantes, logo excesso de gastos numa área há de ser compensado por cortes em outras. Assim, o superávit primário, filho dileto da política de juros altos, constitui o cobertor curto do setor público brasileiro.

A irrelevância do Bolsa-Família

No exame das políticas sociais do governo Lula, o entusiasmo do autor leva-o a afirmar: "Nunca houve, na história brasileira, um tal leque convergente de políticas de inclusão

social, tendo como carro chefe o Bolsa-Família, mas permanece o desafio histórico de promover a padrões de cidadania estável uma população de cinquenta milhões de brasileiros”. Uma primeira distinção a ser estabelecida diz respeito à diferença entre políticas de Estado e políticas de governo. A distinção não é irrelevante pois a parcela mais expressiva da política social constitui política de Estado e está inscrita na Constituição. Desse ponto de vista, não pode ser atribuída ao governo Lula. Logo, a política social cuja ampliação de fato se deve ao governo Lula é o Bolsa-Família.

Uma comparação dos recursos alocados no Bolsa-Família com alguns programas consagrados na Constituição cidadã de 1988 é elucidativa. Em 2005, a estimativa de gastos com o Bolsa-Família é de R\$ 5,8 bilhões, ou 0,33% do PIB. Os programas de assistência continuada e da renda mensal vitalícia somam quase R\$ 10 bilhões, cerca de 0,65% do PIB ou duas vezes mais do que o Bolsa-Família. O seguro-desemprego também deve gastar no ano corrente algo como R\$ 10 bilhões, novamente o dobro do Bolsa-Família. As vinculações constitucionais de receitas e obrigatoriedade de despesas em saúde e educação representam valores várias vezes superiores ao do Bolsa-Família. Tudo isso não mostra a irrelevância do programa, mas lhe confere a verdadeira dimensão e certamente lhe retira o caráter de carro-chefe da política social.

Bolsa-Família é fruto das concepções do Banco Mundial. Redução dos custos da política social

É necessário ademais tratar o Bolsa-Família com o necessário senso crítico. O programa é fruto das concepções do Banco Mundial, cujo objetivo é focalizar os gastos sociais e direcioná-los para os “superpobres”, reduzindo os custos da

política social. Essa mesma concepção questiona políticas como a educação superior gratuita, o seguro-desemprego etc. Ora, se de fato há um elemento humanitário a sustentar a defesa desse programa, não se pode confundi-lo com os programas necessários para ampliar a oferta de bens públicos gratuitos, como educação, saúde, habitação, saneamento e transporte coletivo, pois esses são capazes de reduzir, em bases permanentes, a desigualdade social.

Em resumo, o Bolsa-Família é um programa eminentemente compensatório, necessário para uma sociedade como a brasileira, com níveis elevados de pobreza absoluta, mas claramente insuficiente como elemento de transformação social. Esta última envolve ações muito mais complexas para além da ampliação da oferta de bens públicos, como, por exemplo, a elevação significativa e continuada do salário mínimo e a reforma agrária.

A queda e a estagnação do rendimento médio dos assalariados

Ainda no campo social, o autor faz referência ao crescimento do emprego e a seu novo padrão: “O governo Lula parece estar invertendo a curva prevalecente nos anos 1990 de informalização do mercado de trabalho, mas o estoque acumulado de desemprego e a precarização do mercado de trabalho permanecem elevados.” A afirmação não é de toda incorreta, porém deixa de esclarecer o enigma do crescimento do emprego, pelo menos quando se consideram os números brandidos sistematicamente pelo governo. O enigma pode ser posto da seguinte forma: a se confirmarem os prognósticos de crescimento do PIB em 3,5% para o ano corrente, a economia terá crescido nos três anos do governo Lula, em média, 2,6% ao ano. Ora, com base nesse dado, como entender um crescimento do emprego da magnitude apregoada pelo governo, que supera em

muito aquele do segundo mandato FHC, no qual a economia cresceu em média 2,2% ao ano?

A resposta é relativamente simples. Os dados utilizados pelo governo não dizem respeito exclusivamente a criação de novos postos de trabalho e, portanto, a novos empregos. Refere-se a dois aspectos distintos do mercado de trabalho: a criação de novos postos de trabalho e a formalização de postos de trabalho que já existiam. A dimensão da formalização não é irrelevante, mas tampouco traduz um dinamismo elevado na criação de empregos como quer o governo, pois não cria novos postos. É provável até que tenha resultado da melhor fiscalização do Ministério do Trabalho, combinada com a ampliação do emprego nos setores exportadores, onde predominam empresas maiores. O ponto negativo é que esse ritmo de crescimento do emprego não é suficiente para retirar o mercado de trabalho do seu estado de letargia e conferir maior poder de barganha aos trabalhadores. Uma prova incontestável disso é a continuidade da queda, no primeiro ano do governo Lula, e a posterior estagnação, do rendimento médio dos assalariados.

Governo Lula: Políticas eminentemente compensatórias

Finalmente, a que conclusões levam as considerações tecidas ao longo desse texto? Certamente bastante distintas daquelas do artigo de Juarez Guimarães. Mesmo admitindo que há, no governo Lula, algumas políticas com orientação menos liberal quando comparadas com as do período FHC, pode-se também concluir que sequer arranham o núcleo duro das políticas conservadoras, nem tampouco promovem mudanças de profundidade. Ou seja, constituem políticas eminentemente compensatórias. Por conseguinte, é lícito dizer que, olhado do ponto de vista da polaridade sugerida por este artigo, o governo Lula situa-se no plano da capitulação. Esse julgamento construído à luz dos fatos não significa negar as possibilidades de mudanças na trajetória desse governo. Afinal, se possibilidades de mudanças existem, elas partem, em maior medida, do campo democrático e popular no qual as forças de esquerda que participam do governo se situam. Para tanto, o pensamento crítico deve dar a sua contribuição.

Livro da semana

Jacques Le Goff. Em busca da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

A descoberta de uma Idade Média plural. Le Goff dá aula sobre uma civilização contraditória

Reproduzimos, a seguir, a entrevista com Carlos Roberto F. Nogueira, professor titular de História Medieval da Universidade de São Paulo, publicada no jornal Estado de S. Paulo, de 16-10-05

Este delicioso livro é um memorial. Poucos historiadores tiveram a chance (ou o desejo) de explicar a sua trajetória, porque suas vidas os levaram a estudar este ou aquele tema. Mas Le Goff o faz. E isso no melhor sentido do seu consagrado *Fazer História*¹⁵.

Mas este brilhante e prolífico historiador sempre foi um divulgador. Transcendendo avareza de informações comum à academia, sempre esteve na mídia para informar o cidadão comum de sua própria história.

Aqui nestas entrevistas, o historiador vai além, abrindo a sua vida, suas dúvidas e idéias que o levaram a embrenhar-se nas "trevas medievais" e iluminá-las, fazendo surgir, de um mundo caluniado pelo Racionalismo Iluminista e idealizado pelo Romantismo, uma civilização de uma riqueza enorme.

Os cinco capítulos do livro *Em Busca da Idade Média* são recheados de temas apaixonantes, que o olhar do medievalista percorre com muita clareza e sentido crítico, crítico em especial de si mesmo, dialogando com os seus trabalhos e apontando novas perspectivas de investigação.

Apesar de acreditar que não existe uma verdade histórica, Le Goff afirma que o historiador deve se esforçar por construir uma história verdadeira e de uma maneira absolutamente honesta, faz questão de dizer que: "A Idade Média aqui apresentada é a minha Idade Média!"

A paixão pelo mundo medieval se revela aqui em toda a sua totalidade. Mediante a pluralidade de temas da civilização medieval, que vão de Ivanhoé ao Purgatório, somos presenteados com as instigantes descobertas deste publicitário da História: "Minha Idade Média se formou por uma reflexão comum sobre o passado, o presente e o futuro", nos diz Le Goff, nessa sua Idade Média em que desfilam personagens singulares e ao

mesmo tempo coletivos desta civilização: mercadores, banqueiros e intelectuais, com mendicantes, hereges e judeus, envolvidos em um diálogo riquíssimo e construtores de uma nova realidade: a Cristandade.

Apenas um triste senão: o tradutor. Trata-se evidentemente de uma personalidade singular que necessita aparecer, transformando o espaço das notas em um "outro livro", como já havia feito na tradução do livro São Luís¹⁶, também de Le Goff. Desse modo, o incauto leitor é presenteado, nas 218 páginas do livro com 74 notas do tradutor!

Neste afã, inflaciona a obra de notas extensas e fundamentalmente não solicitadas, que em sua maioria pouco esclarecem o texto e eivadas de pedantismo, como uma absurda nota sobre um acento, ou se assanha sobre um evidente erro de revisão de uma citação bíblica. Senão vejamos, a propósito de esclarecer a questão da existência ou não, do ano 0 em nosso calendário, escreve uma nota de 19 linhas para uma página de 16!

Esquecendo-se da tradução e sobretudo evitando a leitura das notas, este pequeno livro é uma soberba aula de história, mas também uma aula de método, pois além de desvendar de um modo cristalino as razões e as motivações do autor, nos remete ao lugar do historiador, à descoberta de uma Idade Média plural, que de um modo maravilhosamente contraditório ao resistir ferozmente à novidade, criou a possibilidade de um mundo moderno e, mais que tudo, do legado de esperança de uma nova Europa, consciente de sua matriz e nutriz: a civilização medieval.

¹⁵ *Fazer História*. 3 vol. Lisboa: Bertrand, 1977. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁶ *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. (Nota da *IHU On-Line*)

Prêmio Nobel de Física. Uma avaliação do físico Ney Lemke

Três cientistas, os americanos Roy J. Glauber, 80 anos, John L. Hall, 71 anos, e o alemão Theodor W. Haensch, 63 anos, dividiram o Prêmio Nobel de Física 2005, anunciado na terça-feira passada, por conta de suas contribuições teóricas e práticas à óptica moderna, ao desenvolvimento da espectroscopia do laser e sua aplicação nas telecomunicações.

Repercutimos a premiação com o doutor em Física e professor do Programa Interdisciplinar de Computação Aplicada da Unisinos, Ney Lemke:

“O prêmio, este ano, foi, na verdade, um empate. Metade dele foi concedido para Roy J. Glauber, um quarto para John L. Hall e um quarto para Theodor W. Haensch.

O trabalho de Glauber se refere à descrição da natureza quântica da Luz e de suas conseqüências no fenômeno de interferência luminosa. Apesar de ser um trabalho eminentemente teórico, espera-se que este desenvolvimento conduza a novas tecnologias de encriptação de mensagens na área de tecnologia da comunicação.

Já Hall e Haensch dividiram a outra metade por suas contribuições na área de espectroscopia que é a capacidade de determinar a frequência da luz. Como a espectroscopia é uma técnica utilizada de forma disseminada em muitas áreas de instrumentação, o

impacto tecnológico e científico deste trabalho será marcante.

Só para se ter uma idéia, a maneira mais precisa de se medir distâncias é utilizando técnicas experimentais baseadas em espectroscopia. Espera-se conseguir realizar medidas com 18 casas de precisão, algo como medir o diâmetro da Terra com um erro menor que o tamanho de um átomo. Com isso, não apenas conseguiremos testar várias teorias da Física, mas também produzir instrumentos como o GPS, operando com um nível muito superior de precisão.

Um fato interessante é que o trabalho de Glauber foi publicado em 1963 e o trabalho de Hall só foi publicado em 2000. Isso mostra que os resultados teóricos demoram em geral muito mais tempo para serem valorizados do que avanços experimentais”.

Vaca louca e o vírus da gripe aviária é culpa das criações intensivas, afirma cientista

Entrevista com Enrico Moriconi

“Da doença da vaca louca à gripe aviária. Sinceramente é um desafio que preocupa: o nexos entre a agressividade dos vírus e das bactérias e a multiplicação das criações intensivas de animais e aves sugerem uma séria reflexão”. Enrico Moriconi, presidente da Associação de Veterinários da Saúde Pública (Asvep), da Itália, analisa o alarme atual com a gripe aviária enquadrando-o no contexto dos últimos dez anos, em entrevista publicada, ontem, 9-10-05, no jornal italiano *La Repubblica*.

O senhor vê uma progressão do risco?

Sim. O alarme sobre as conseqüências dos erros nos sistemas de produção intensiva de animais e aves surge em 1996, com a denúncia do primeiro caso de passagem do vírus da vaca louca para o ser humano. Agora, felizmente, aquele caso parece estar superado mas o custo pago foi muito alto. E neste último verão soou o segundo alarme”

A gripe aviária?

Não. O estreptococo *suis* que, de 24 de junho a 3 de agosto, provocou 38 mortes em Sichuan, uma província chinesa. Parece-me um episódio particularmente inquietante, ainda que tenha sido pouco noticiado. Mas estamos na presença de uma bactéria largamente difundida entre os porcos que nunca tinha agredido o ser humano.

Por que relaciona o maior dinamismo dos vírus e bactérias com as criações intensivas?

Movemo-nos no campo das hipóteses, mas são hipóteses que estão se tornando cada vez mais concretas. Substancialmente, os fatores que tornam as criações intensivas um laboratório de evolução para os agentes infectantes são dois. O primeiro é o

grande número de animais encerrados num espaço muito pequeno: a concentração dos vírus e das bactérias é já, estatisticamente, significativa. E, além disso, há o uso maciço de antibióticos que são aplicados para compensar os danos derivados das condições não naturais da vida. A soma destes fatores facilita a mutação dos vírus e das bactérias.

Muitos médicos apontam como uma causa importante da difusão das novas doenças a multiplicação das locomoções das pessoas e das mercadorias?

Isso não basta para explicar o salto da barreira das espécies.

Os desenvolvimentos da gripe aviária serão devastadores?

Se ficarmos no que sucedeu até agora, devemos dizer que o risco é sobrevalorizado: no momento, na Ásia, foram registradas 69 mortes em três anos. Contudo, se não se intervir imediatamente mudando as condições de criação intensivas é muito provável que um número crescente de vírus e bactérias passarão dos animais para o ser humano. E no longo prazo, certamente, as conseqüências serão devastadoras.

EUA alarmada. O temor de uma hecatombe. A gripe aviária

Quase dois milhões de mortos, oito milhões e meio de hospitalizados e um custo de 450 bilhões de dólares: é o cenário descrito pelo *Pandemic Influenza Strategic Plan*, o plano estratégico preparado pelo governo norte-americano para combater o assim chamado vírus dos frangos, a gripe aviária que poderia golpear os EUA "daqui a poucos meses ou até em poucas semanas". A notícia é do jornal *La Repubblica*, 9-10-5.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, 9-10-05, igualmente publica ampla reportagem sobre o tema, entre outras coisas, mostrando como as classes média e alta estão estocando remédios caríssimos para se proteger em caso da disseminação da gripe aviária.

Uma antropologia apofática. Uma entrevista exclusiva com o antropólogo Otávio Velho



O professor emérito do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e antropólogo Otávio Velho falou à *IHU On-Line* sobre o IV Seminário de Mística Comparada realizado entre 1º e 3 de outubro, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Otávio Velho é autor de diversos livros, entre os quais citamos *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976; *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; *Besta-fera: recriação do mundo - ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. É também organizador de *Circuitos infinitos: de comparações e religiões no Brasil, Portugal, França e Grã-Bretanha*. São Paulo: Attar, 2003.

Além de Velho, o evento teve como conferencistas especialistas como Faustino Teixeira e Luiz Felipe Pondé. Faustino Teixeira é doutor em teologia e professor da UFJF e Pondé é professor na PUCSP. A revista *IHU On-Line* n. 131, 21 de março de 2005, sob o título **As delicadezas do mistério. A mística hoje**, dedicou uma edição ao tema da mística.

Confira, a seguir, a entrevista concedida pelo estudioso.

***IHU On-Line* - Quais foram as principais contribuições do IV Seminário de Mística Comparada de Juiz de Fora?**

Otávio Velho - Creio que foi uma oportunidade excelente de encontro

entre profissionais dedicados ao assunto em vários pontos do País. Os trabalhos apresentados foram de excelente nível e serviram para um intercâmbio de informações sobre personagens e movimentos místicos de diferentes períodos da história e pertencentes a diferentes tradições.

¹⁷ Sobre Mística Comparada foi dedicada a edição de número 133, da Revista *IHU On-Line*, de 21 de março de 2005.

***IHU On-Line* - Qual a importância de se discutir a Mística Comparada em um evento como este?**

Otávio Velho - Há um interesse muito grande nas coincidências que aparecem nas manifestações místicas atravessando as diversas tradições. É muito importante buscar compreender isso. Inclusive porque abre uma possibilidade de diálogo entre as várias tradições que coloca entre parênteses as divergências teológicas, concentrando-se na busca de outras linguagens menos discursivas e na troca de experiências concretas. Isso pode ter muita importância no mundo de hoje, repercutindo sobre a própria teologia e, mesmo, ultrapassando o domínio propriamente das religiões, permitindo a reaproximação entre povos e grupos divididos. Tenho tido oportunidade de participar de diversos encontros internacionais como consultor do Conselho Mundial de Igrejas em que isso tem sido reconhecido, sobretudo quando a mística não é pensada como assunto apenas para um pequeno grupo privilegiado, mas associada à experiência religiosa de muitos seguidores das diversas tradições.

***IHU On-Line* - No evento, o senhor fez uma abordagem antropológica da Mística Comparada. O que isso significa?**

Otávio Velho - Trata-se também de uma experiência de diálogo. Creio que se a Antropologia pode trazer alguma contribuição para a Mística Comparada, esta, por sua vez, tem muito a dar aos antropólogos. No que diz respeito à abordagem antropológica a que a pergunta se refere, creio que os antropólogos podem trazer suas próprias experiências e compara-las, já que o projeto antropológico maior é justamente o de uma grande disciplina sociocultural das comparações. Isso implica em muitos problemas de ordem epistemológica, metodológica e prática que, sem querer reduzir a

sociocultural, podemos examinar juntos.

***IHU On-Line* - O senhor poderia explicar o que é a "antropologia apofática"? No que consiste essa idéia? Qual é a sua relação com a Mística Comparada?**

Otávio Velho - Tem a ver justamente com a segunda parte do diálogo a que me referia anteriormente: no que a mística e a religião podem contribuir para a Antropologia. A teologia apofática (sobretudo na tradição cristã ortodoxa) acentua muito a importância da experiência direta com o transcendente sem a intermediação dos conceitos. Estou buscando fazer um paralelo entre isso e a importância e centralidade para o antropólogo do trabalho de campo e o contato direto com o real sem que isso seja sobrecarregado por um excesso de teorias pré-existentes. É a isso que estou denominando de antropologia apofática. Fiquei feliz no seminário ao constatar que o filósofo Luiz Felipe Pondé¹⁸, da PUC de São Paulo, está trabalhando numa linha que me parece permitir uma interessante aproximação. Essa constatação da coincidência entre os nossos interesses e o contato com o seu trabalho foi, para mim, um dos maiores ganhos pessoais do seminário. Além da retomada do contato com Faustino Teixeira, organizador do seminário, um dos mais férteis pensadores em teologia das religiões da atualidade.

¹⁸ De Luiz Felipe Pondé, publicamos uma entrevista na 133ª edição, de 21 de março de 2005, especialmente concedida para a *IHU On-Line*, um artigo publicado na 135ª edição, de 4 de abril de 2005, e outro artigo publicado na 150ª edição, de 8 de agosto de 2005. (Nota da *IHU On-Line*)

Hábitos alimentares

Uma entrevista exclusiva com Ana Cristina Baú

Conversamos com a nutricionista, mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial e professora da graduação em Nutrição da Unisinos Ana Cristina Baú sobre o Guia Oficial Brasileiro sobre Alimentação Saudável, elaborado pelo Ministério da Saúde, cujo lançamento está marcado para o dia 16. No dia 20, a professora da Unisinos Márcia Vítolo, que participou da elaboração do projeto, ministrará, à noite, no auditório Erico Verissimo, na Unidade Acadêmica das Ciências da Comunicação, palestra sobre o tema.

***IHU On-Line* - Qual a importância de um guia como este?**

Ana Baú - Esse guia alimentar é de extrema importância para a população porque considera os hábitos alimentares de cada região. Também chama a atenção para as doenças relacionadas aos hábitos alimentares que estão em evidência e que devem ser evitadas para diminuir os gastos com saúde. No Rio Grande do Sul, temos um grande agravo neste problema que é o alto consumo de sal e de gordura em função do churrasco, comida típica da nossa região, e dos lanches. Apresentamos um baixo consumo de frutas e hortaliças, que deve ser aumentado conforme indicação da Organização Mundial de Saúde. Nós consumimos em média 15 gramas de sal por dia. Precisamos reduzir para 5 gramas diários. É importante lembrar que nossas células levam até três meses para se habituar ao baixo consumo de sal. Durante esse tempo, sofreremos para nos acostumar ao novo sabor. E as pessoas não querem sofrer.

***IHU On-Line* - O brasileiro está comendo mais sal e menos feijão. Em 30 anos, diminuiu em 30% o consumo, segundo dados do Ministério da Saúde. Quais são as conseqüências disso?**

Ana Baú - Nós temos no consumo de feijão alta quantidade de fibras, que são fundamentais para o organismo. O feijão e o arroz, em combinação, são proteínas de alto valor biológico. Correspondem ou se assemelham às proteínas de origem animal. Ali temos ácidos como o fólico, que é fundamental para o metabolismo de algumas vitaminas. Não podemos esquecer que a diminuição do consumo de cereais afeta economicamente a produção desses alimentos. Em vez de comer feijão e arroz, as pessoas optam por lanches, por uma pizza. São alimentos que não alcançam a quantidade necessária de nutrientes diários e ultrapassam o valor calórico diário recomendado.

***IHU On-Line* - Optar por comer um lanche tem relação com status?**

Ana Baú - Uma questão é o sabor. Alimentos com mais gordura têm mais sabor. Isso acaba influenciando a escolha das pessoas. Quanto ao *status*, lanches são mais práticos, além de serem algo diferente do feijão e arroz que as pessoas têm em casa. Acho importante salientar que o guia aborda a questão de que as famílias devem encontrar tempo para fazerem as refeições juntas. Isso influencia os hábitos alimentares e favorece hábitos mais saudáveis. Também salienta a necessidade de as pessoas consumirem

mais água. Hoje, toma-se muito refrigerante. E não é um hábito saudável, mesmo o refrigerante *light*. E aborda a necessidade de atividade física de, no mínimo, 30 minutos diários. Não adianta se alimentar bem e ficar em frente à tevê. Aí aparecem as doenças como diabetes, hipercolesterolemia (o excesso de colesterol que aumenta a tendência à aterosclerose), hipertensão e doenças cardiovasculares, que são doenças crônicas não transmissíveis, mas adquiridas.

IHU On-Line - Especialistas do Ministério da Saúde afirmam que 260 mil mortes poderiam ser evitadas por ano no Brasil desde que as pessoas se alimentassem de forma saudável. A extensão do problema é tão grande assim?

Ana Baú - Cerca de 69% do gasto da saúde pública no Brasil é feito em pacientes que sofrem de doenças relativas a problemas na alimentação. Essas doenças acabam levando os pacientes à morte por sua má nutrição. Nossa população está aumentando de peso. E é tão fácil se alimentar bem.... No Rio Grande do Sul, temos o churrasco, é claro, mas temos também o *puchero* (ensopado de vários legumes – batata, aipim, milho verde, couve, repolho – e carne) que é muito saudável.

IHU On-Line - Quais são os alimentos que devem fazer parte da rotina das pessoas e quais devem ser evitados?

Ana Baú - As pessoas devem comer à vontade basicamente frutas e hortaliças e carne em pequenas porções, preferindo sempre as mais magras. Quando quiserem comer um pastel de frango, por exemplo, devem preferir os assados e integrais. Esse tipo de alimento tem a digestão mais rápida e faz com que parte da gordura não seja absorvida e o intestino funcione melhor, o que é fundamental também. As pessoas devem tomar muita água: os adultos mais ou menos dois litros por dia, e as crianças, 500ml. Devem evitar frituras, refrigerantes, biscoitos recheados e balas sempre que possível.

IHU On-Line - Olhando aqui para perto, como as pessoas comem no câmpus da Unisinos?

Ana Baú - É complicado... Basicamente apela-se para os lanches. Estamos enfrentando resistência em função da modificação do RU e do RA. No momento, a procura está menor. Muita gente apela para os lanches também porque chega em cima da hora. Teríamos que trabalhar o nosso público. Conscientizar as pessoas.

Deu nos jornais

Deu nos jornais é uma síntese semanal das notícias veiculadas diariamente no sitio www.unisinos.br/ihu, compiladas pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

Calçados: crise demitirá 60 mil trabalhadores no RS

Já chegam a 20 mil o total de trabalhadores desempregados na cadeia coureiro-calçadista gaúcha, mas o número irá frouxo a 60 mil. A crise de 2005 já é maior do que a crise de 1995. A informação é do site de Políbio Braga, 8 e 9-10-05. A crise de 1995 foi tão devastadora que somente agora, 10 anos depois, o valor total exportado voltou aos

níveis daquele ano: US\$ 1,8 bilhão. Se nada for feito, a crise produzirá um retrocesso tão grande quanto o de 1995, que derrubou as exportações de calçados para US\$ 1,2 bilhão em apenas dois anos. Por trás da crise está a concorrência chinesa nos mercados que costumam comprar do RS, no caso Europa e Estados Unidos. "Eles querem comprar da gente, preferem o nosso produto, mas a diferença de preços já chega a 40% (US\$ 8,50 pelo par chinês e US\$ 13 pelo par brasileiro) e com isto não dá para fazer negócio", Jorge Faccioni, dono da Pummer, de Lajeado.

Paquistão perdeu uma geração de crianças

O porta-voz do Exército do Paquistão disse que toda uma geração de jovens foi varrida nas áreas mais atingidas pelo terremoto. Citado pela agência France Presse e pela BBC News, o general Shaukat Sultan disse que as maiores vítimas foram as crianças. Muitas morreram quando as escolas ruíram. A notícia é dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Repubblica*, 11-10-05. As crianças eram maioria na população das áreas afetadas, segundo a Unicef, agência da ONU responsável pela infância. "Os voluntários estão tirando as crianças mortas em Muzaffarabad (capital da região da Caxemira controlada pelo Paquistão - onde se supõe que 11 mil pessoas morreram), mas ninguém aparece para reclamar os corpos, o que mostra que os pais também estão mortos", disse o general Sultan. Com algumas cidades e vilarejos completamente destruídos, o presidente Pervez Musharraf disse à BBC que o Paquistão precisa de "apoio maciço de helicópteros cargueiros" e fornecimento de ajuda da comunidade internacional. Musharraf disse que o Exército foi mobilizado, mas como as estradas em regiões montanhosas remotas foram bloqueadas ou desapareceram em deslizamentos de terra, há graves pressões sobre os recursos de helicópteros e o sistema de transporte limitado do Paquistão. "Além disso, claro que precisamos de tendas, cobertores e remédios", disse ele.

Imigração ilegal para os EUA cresce em 784%

O índice de imigrantes do Brasil que têm entrado ilegalmente nos Estados Unidos é o mais alto entre os 25 países à exceção do México que mais tiveram pessoas tentando entrar clandestinamente no país nos últimos três anos. Enquanto a entrada ilegal em geral triplicou nesse período, com aumento de 220%, a de brasileiros aumentou nove vezes, chegando este ano a 784% em relação a 2002. A notícia é do jornal *O Globo*, 11-10-05. Os números constam de estudo que acaba de ser feito pelo Serviço de Pesquisas do Congresso, a pedido dos parlamentares americanos. Eles estão mais preocupados com a possibilidade de a Al-Qaeda infiltrar terroristas nos EUA pela fronteira com o México usando os mesmos caminhos utilizados por imigrantes ilegais. Só nos primeiros seis meses deste ano, 27.396 brasileiros foram detidos pela Patrulha de Fronteira. Isso dá uma média de 4.566 pessoas por mês, ou 152 por dia. Quando se comparam esses números aos registrados em 2002, tem-se uma dimensão mais precisa do fenômeno: ao longo de todo aquele ano a média de brasileiros entrando ilegalmente nos EUA era de apenas oito por dia. Ou seja: atualmente o volume é 19 vezes maior. No ano passado, foram detidos 1,16 milhão de estrangeiros, tentando entrar ilegalmente nos EUA, sendo 93% deles mexicanos. Depois do Brasil, que teve um aumento de 784% no índice de imigrantes ilegais em relação a 2002, aparecem no ranking dos 25 países com mais cidadãos detidos na fronteira dos EUA a Nicarágua, com 330%, seguida de Honduras e El Salvador ambos com 288%.

"Se Lula não buscar o povo, está morto", afirma Oscar Niemeyer

"Sempre disse que ia continuar com ele. Mas é tanta decadência agora... O Lula deveria se aproximar das esquerdas e fazer um pouco do que prometeu. Ele ainda tem base". A afirmação é de Oscar Niemeyer, arquiteto, em entrevista publicada na revista *Época*, 10-10-05. E continua: "Quando vi o Lula candidato, não pensei que ele iria querer melhorar o capitalismo. E o capitalismo acabou". Segundo ele, "se Lula não buscar o povo, aí acabou". Dizendo que não é contra a religião, afirma: "Gosto de conversar com os padres. Pena que eu não acredite em nada".

Frases da semana

”Se houver uma interpretação diferente daquilo que foi firmado em acordo, poderemos dizer que o governo mentiu. Poderemos ter a ousadia de dizer que houve um blefe.” - **D. Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra - Folha de S. Paulo, 10-10-05.**

”O governo agiu como um rolo compressor e dentro de um projeto político autoritário que de forma alguma podemos aceitar.” - **D. Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra - O Estado de S. Paulo, 10-10-05.**

”Eu sou a favor de desarmar todo mundo” - **Mano Brown, rapper - Folha de S. Paulo, 11-10-05.**

”Os anos estão passando, um governo de esquerda já assumiu e era esperança. As coisas estão muito lentas e a periferia é urgente, precisa das coisas para ontem e as coisas não estão acontecendo, está muito nebuloso.” - **Mano Brown, rapper - Folha de S. Paulo, 11-10-05.**

”Vem aí Viagra de graça para levantar Lula” - **manchete principal do jornal Agora São Paulo - 12-10-05.**

”Um pouco de ar para Lula” - **manchete do jornal argentino Página/12, 12-10-05, noticiando a vitória de Ricardo Berzoini nas eleições do PT.**

”É excepcional a ocorrência de morte em casos de seqüestro-relâmpago. Com relação ao seqüestro convencional, nunca examinei um caso em que houvesse um ritual de tortura, com a crueldade e a desproporcionalidade que verifiquei no corpo de Celso Daniel.” - **Carlos Delmonte Printes, médico-legista - Jornal do Brasil, 13-10-05.**

”Tenta-se desqualificar a esquerda com os erros do governo Lula e do PT, mas os erros do governo Lula e do PT devem-se à manutenção de políticas e métodos da direita. Já os méritos do governo Lula e do PT vêm da esquerda.” - **Emir Sader, sociólogo - Folha de S. Paulo, 13-10-05.**

”Tenta-se desqualificar o arcabouço histórico da esquerda, responsável pelos melhores momentos da história da humanidade, em nome de comportamentos que significaram o abandono desses valores e a adoção de métodos e políticas de direita.” - **Emir Sader, sociólogo - Folha de S. Paulo, 13-10-05.**

”Há no ar um clima de composição para isentar de culpa aqueles que se deixaram flagrar no exercício de faltas graves que atentam contra o decoro, a honestidade e a exação no cumprimento de mandatos recebidos do povo, apesar de todos os crimes cometidos estarem tipificados.” - **nota conjunta dos presidentes dos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica - O Estado de S. Paulo, 13-10-05.**

”Por que faltou dinheiro para a prevenção sanitária dos animais se estavam no Orçamento R\$ 160 milhões? Porque o ”seu” Palocci prioriza o pagamento de juros.” **João Pedro Stedile coordenador nacional do MST - Folha de S. Paulo, 14-10-05.**

”O PSDB agora fala em pizza, mas a CPI do Proer, que investigou o socorro aos bancos no governo Fernando Henrique, foi a mais chapa branca da história da República. O relator era o deputado Alberto Goldman (atual líder do PSDB na Câmara) e o Gustavo Fruet (deputado do PSDB que hoje é sub-relator de Movimentação Financeira da CPI dos Correios) era o presidente. Veja que coisa: Gustavo Fruet, que tanto nos acusa, foi o

pizzaiolo-mor da CPI do Proer.” **Ricardo Berzoini, presidente-eleito do PT - O Estado de S. Paulo, 13-10-05.**

”Do ponto de vista político e social, o Brasil parou. A economia parece que está a funcionar. Pelo menos o FMI parece que está contente, e quando o FMI está contente, é mau sinal.” - **José Saramago, prêmio Nobel de Literatura - Folha de S. Paulo, 15-10-05.**

”Acho que o governo não vai mexer na economia, não vai mexer em nada. Apesar de ser contra, se eu estivesse no governo faria o mesmo, pois está dando certo. Só nos resta agüentar até o ano que vem e rezar para a política econômica mudar. Ou fechar a fábrica para salvar o resto.” - **Jacks Rabinovich, empresário, conselheiro e um dos fundadores do IEDI - O Estado de S. Paulo, 15-10-05.**

”Se o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, se esforçasse tanto para combater a aftosa quanto o faz para vender transgênicos o Brasil não estaria agora nessa situação.”- **Roberto Requião, governador do Paraná - Folha de S. Paulo, 15-10-05.**

IHU em revista

eventos pg. 42

Sala de leitura pg. 57

A preparação de Einstein para o seu Ano Miraculoso

Desconstruir os mitos sobre a figura do físico alemão Albert Einstein. Esse é o principal objetivo do Prof Dr Carlos Alberto dos Santos na palestra *A preparação de Einstein para o seu Ano Miraculoso*, que se realizará no dia 19 de outubro, como uma das atividades do **Ciclo de Estudos Desafios da Física para o século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein**. O evento acontecerá às 19h45min, no Miniauditório da Biblioteca.

Carlos Alberto é graduado em Física pela PUC-Rio, mestre e doutor em Física pela UFRGS, com a tese *Composição superficial e propriedades mecânicas e tribológicas de aços carbono implantados com nitrogênio*. cursou pós-doutorado no Centre d'Études Nucleaires de Grenoble, na França. Leciona no Departamento de Física da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). É autor de, entre outros, *O plágio de Einstein*. Porto Alegre: WS Editor, 2003 e *Nitretação iônica*. Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1989. Em 17 de maio de 2005, ofereceu a oficina *A vida de Einstein: episódios marcantes* no **Simpósio Internacional Terra Habitável: um desafio para a humanidade**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Confira a entrevista que o professor concedeu por e-mail à *IHU On-Line*.

“As ‘digitais’ de Einstein encontram-se em todas as áreas da Física moderna”

Entrevista com Carlos Alberto dos Santos

IHU On-Line - Quais os principais aspectos que irá abordar ao discutir a preparação de Einstein para o seu Ano Miraculoso?

Carlos Alberto dos Santos - Existem diversos mitos sobre a biografia de Albert Einstein¹⁹, a maioria dos quais

¹⁹ Sobre Einstein, confira a edição n° 135 da revista *IHU On-Line*, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis*. A publicação está disponível no sítio do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), endereço www.unisinos.br/ihu. A TV Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do **Simpósio Terra Habitável**, ocorrido de 16 a 19 de maio de 2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da *IHU On-Line*)

persiste no imaginário popular graças à veiculação de equívocos por meio de importantes meios de comunicação de massa. Um deles é que Einstein teve uma tempestade de criatividade em 1905. Tudo que ele fez naquele Ano Miraculoso²⁰ é fruto de um rasgo de genialidade. Outro mito bastante difundido é que ele era mau aluno. Este mito é confirmatório ou paradoxal, conforme o enfoque dado à produção científica de Einstein. Se ele fosse verdadeiro, o rasgo de genialidade

²⁰ **Ano Miraculoso**, ou ainda **Annus Mirabilis** – denominação dada ao ano de 1905, quando Einstein publicou seus trabalhos sobre o efeito fotoelétrico, a relatividade especial e o movimento browniano. (Nota da *IHU On-Line*)

poderia ter uma justificativa. Se o rasgo de genialidade não for verdadeiro, o segundo mito não se sustenta. Na palestra, eu tento desconstruir esses mitos, mostrando que, ao contrário, Einstein era bom aluno naquilo que lhe interessava, e desde sua mais tenra idade dirigiu seu esforço intelectual para aquilo que passou a publicar a partir de 1900.

IHU On-Line - Tomando como base a infância de Einstein, quais os fatos que poderiam prenunciar o aparecimento de sua genialidade?

Carlos Alberto dos Santos - Existem quatro momentos na infância e na adolescência de Einstein prenunciadores da sua genialidade, todos eles relatados pelo ele mesmo, em suas *Notas Autobiográficas*²¹. Entre os quatro e cinco anos, seu pai lhe deu de presente uma pequena bússola. Einstein ficou muito intrigado com o fato de que a agulha sempre apontava na mesma direção, qualquer que fosse a posição da bússola. O que o incomodava era que não havia nada "segurando" a agulha. Essa ação a distância (que depois ele veio a saber ser devida ao campo magnético terrestre) passou a incomodá-lo durante seus estudos universitários e foi uma das motivações para a idéia da curvatura do espaço-tempo, conceito fundamental na sua teoria da relatividade geral. O segundo momento revelador ocorreu quando ele tinha dez anos de idade. Desafiado por seu tio, ele demonstrou o teorema de Pitágoras, apenas observando figuras geométricas (retas paralelas, convergentes e triângulos diversos). O terceiro momento ocorreu entre os doze e os quatorze anos, quando ele aprendeu, sozinho, noções de cálculo diferencial e integral. Finalmente, no quarto momento, aos dezesseis anos, na Escola Cantonal de Aarau, ele se imagina correndo com a velocidade da

²¹ EINSTEIN, Albert. *Notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. (Nota da *IHU On-Line*)

luz, ao lado de uma onda eletromagnética. Sua intuição sugere que ele veria o campo eletromagnético estacionário. No entanto, isso é uma contradição, pois que a onda está se propagando! Este problema foi resolvido ao longo de dez anos, e constitui o cerne da teoria da relatividade restrita.

IHU On-Line - Como caracteriza a trajetória estudantil e a carreira acadêmica de Einstein?

Carlos Alberto dos Santos - Einstein detestava tudo que exigia memorização, e não tinha qualquer respeito pela autoridade. Então, quando o assunto não lhe interessava (biologia, línguas estrangeiras, história), ele não fazia a menor questão de esconder seu desapontamento, e provavelmente deixava transparecer uma atitude arrogante, atraindo a ira dos professores. Foi desse tipo de contexto que se gerou o mito do aluno relapso. No exame final do Ensino Médio, Einstein teve quase todas as notas entre 9 e 10. No exame intermediário na Escola Politécnica (ETH), ao final dos dois primeiros anos, ele teve a melhor média da turma. No exame final, ele teve a pior nota entre os aprovados. Mileva, sua primeira mulher, foi reprovada. Sabe-se hoje, contudo, que, nos dois últimos anos do curso, ele estava interessado em assuntos que não eram tratados na ETH. Na verdade, ele estava se preparando, sozinho, para o que viria a ser, o criador de universos. Antes dos magníficos trabalhos de 1905, Einstein publicou, de 1901 a 1904, cinco trabalhos no *Annalen der Physik*. Embora os trabalhos não contivessem grandes novidades, pois que já haviam sido abordados por Boltzmann²² e

²² **Ludwig Edward Boltzmann** (1844-1906): matemático e físico austríaco. Sistematizou o conceito de entropia, segundo o qual há uma tendência natural de a energia se dispersar e de a ordem evoluir invariavelmente para a desordem. Explica o desequilíbrio natural entre trabalho e calor. (Nota da *IHU On-Line*)

principalmente por Gibbs²³, a forma autônoma como Einstein tratou a mecânica estatística foi suficiente para que os editores do *Annalen* o convidassem para fazer resenhas de artigos e livros publicados em outros jornais. Ele chegou a resenhar um artigo e um livro publicados por Max Planck²⁴. Trata-se de um privilégio normalmente concedido a grandes cientistas, e não a um jovem de 25 anos, sem o título de doutor, nem vínculo com o meio acadêmico.

***IHU On-Line* - Além da Teoria da Relatividade, quais são as outras contribuições importantes de Einstein para a Física moderna?**

Carlos Alberto dos Santos - Sem exagero, podemos dizer que as "digitais" de Einstein encontram-se em todas as áreas da Física moderna e, por conseqüência, em praticamente toda tecnologia contemporânea. A mecânica estatística base essencial para o desenvolvimento da Física da matéria condensada, teve seu grande impulso depois dos trabalhos de Einstein. Em 1917, ele publicou um artigo com os fundamentos teóricos do laser. Observe

²³ **Josiah Gibbs** (1839-1903): professor de Física e Matemática na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Propôs uma fórmula mais abrangente, que inclui certos tipos de interações entre as moléculas. A fórmula de Boltzmann-Gibbs tem sido usada pelos físicos por cerca de 120 anos. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁴ **Max Karl Ernst Ludwig Planck** (1858-1947): físico alemão, considerado o pai da Teoria Quântica. Em 1899, descobriu uma nova constante fundamental, chamada em sua homenagem *Constante de Planck*, que é usada, por exemplo, para calcular a energia do fóton. Um ano depois, descobriu a lei da radiação térmica, chamada Lei de Planck da Radiação. Esta foi a base da Teoria Quântica, que surgiu dez anos depois com a colaboração de Albert Einstein e Niels Bohr. De 1905 a 1909, Planck atuou como diretor-chefe da *Deutsche Physikalische Gesellschaft* (*Sociedade Alemã de Física*). Como conseqüência do nascimento da física quântica, foi premiado, em 1918, com o Prêmio Nobel de Física. Após sua morte, o instituto KWG passou a chamar-se *Max-Planck-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften* (MPG, Sociedade Max Planck para o Progresso da Ciência). (Nota da *IHU On-Line*)

que este só veio a ser inventado nos anos 1960. Isso tudo para não falar na idéia do fóton²⁵, o *quantum* de luz.

***IHU On-Line* - Realmente Einstein plagiou o cientista italiano Olinto de Pretto? Como se explica esse fato?**

Carlos Alberto dos Santos - Por volta de 1985, o historiador da Universidade de Perugia, Umberto Bartocci²⁶, descobriu que, um ano antes de Einstein, Olinto de Pretto²⁷, um cientista amador italiano, também publicara um trabalho com uma equação do tipo $E=mc^2$. Na sua pesquisa, o Prof. Bartocci descobriu que um irmão de Olinto trabalhava com o tio de Michele Besso, grande amigo de Einstein. Com base nessa coincidência, ele levantou a hipótese de que Einstein teria tido conhecimento do trabalho e que provavelmente teria se motivado a escrever o seu. O jornal inglês *The Guardian* deu grande publicidade ao caso, e várias suspeitas de plágio foram levantadas em outros veículos de comunicação. Bartocci tentou, mas não conseguiu publicar sua pesquisa em pelo menos duas revistas de história. Os editores consideraram inverossímil sua hipótese. De fato, o trabalho de Olinto de Pretto, baseado na existência do éter e pleno de equívocos conceituais não poderia ter motivado Einstein a deduzir sua famosa equação.

Tendo por base esses fatos, escrevi a novela *O plágio de Einstein*, na qual vemos o desespero de um hipotético *staff* (inspirado no *staff* que está editando todos os documentos de Einstein) diante da possibilidade do plágio. A novela desenvolve-se sobre a

²⁵ **Fóton**: partícula mediadora da força eletromagnética. O fóton também é o *quantum* da radiação eletromagnética, incluindo a luz. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁶ **Umberto Bartocci**: professor de Geometria e História da Matemática da Universidade de Perugia, na Itália. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁷ **Olinto de Pretto**: cientista italiano de Vicenza, Bolonha, falecido em 1921. (Nota da *IHU On-Line*).

investigação da autenticidade de documentos comprometedores para a honra de Einstein. Descobre-se finalmente que se trata de uma fraude.

***IHU On-Line* - Qual é a atualidade das descobertas de Einstein?**

Carlos Alberto dos Santos - Parte da resposta a esta questão está na resposta à questão 4, mas ela não pára ali. A busca por uma teoria do campo unificado, empreendida por Einstein, continua até, hoje envolvendo uma enorme comunidade de cientistas em todas as partes do mundo. O condensado Bose-Einstein, previsto nos anos 1920, só recentemente foi realizado, e valeu o Prêmio Nobel de Física de 2001 para três cientistas norte-americanos²⁸. Esta realização experimental deverá ter repercussões interessantíssimas, na medida em que permitirá testes da Teoria Quântica em objetos macroscópicos.

***IHU On-Line* - Como a Física dialoga com outras ciências hoje e quais são seus desafios para o futuro?**

Carlos Alberto dos Santos - Os séculos XIX e XX são considerados os séculos da Física. Chegamos aonde chegamos, em termos científicos e tecnológicos, graças à Física. Hoje consideramos que o século XXI será o século da Biologia e áreas correlatas (Engenharia Genética, Nanotecnologia²⁹), e grande parte dessa

²⁸ Trata-se dos cientistas Eric Cornell, Carl Wieman e Wolfgang Ketterle. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁹ **Nanotecnologia:** ciência associada a diversas áreas (como a medicina e eletrônica) de pesquisa e produção na escala nano. O princípio básico da nanotecnologia é a construção de estruturas e novos materiais com base nos átomos (como se fossem tijolos). É uma área promissora, mas que dá apenas seus primeiros passos, mostrando, contudo, resultados surpreendentes, como na produção de semicondutores, por exemplo. Sobre o assunto, a *IHU On-Line* publicou a edição 120, de 25 de outubro de 2004, intitulado *O mundo desconhecido das nanotecnologias*. (Nota da *IHU On-Line*)

história tem a ver com as aplicações que hoje podemos fazer dos conhecimentos adquiridos com a Física. Um dos grandes desafios é o desenvolvimento da Nanociência a serviço das ciências médicas.

***IHU On-Line* - Qual é a importância de estudar esse assunto numa universidade, sobretudo para um público composto por estudiosos de outros ramos do conhecimento e também pessoas de fora do meio acadêmico?**

Carlos Alberto dos Santos - Existem vários ângulos para se abordar essa questão. Em primeiro lugar, a caminhada intelectual de Albert Einstein é um excelente objeto de estudo para a epistemologia da ciência. Depois, a sua própria história de vida tem facetas importantes conectadas com o preconceito e a intolerância humana. Finalmente, o conhecimento estrito das suas pesquisas são imprescindíveis para o entendimento da Física e de grande parte da tecnologia contemporânea.

Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema

Esta semana a **IHU On-Line** entrevista, por e-mail, os professores Nilton Mullet Pereira e Alfredo Culetton, que após a exibição do filme *Em nome de Deus*, irão fazer comentários no **Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema**. O encontro acontecerá neste sábado, 22 de outubro, das 8h30min às 12h30min, na sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

Nilton Mullet Pereira é graduado em História e mestre e doutor em Educação pela UFRGS, com a tese *História de amor na educação freiriana: pedagogia do oprimido*. Courseou pós-doutorado na mesma instituição. Atua como professor e atualmente é o Coordenador do Curso de História na Unisinos.

Alfredo Culetton é graduado em Filosofia pela Unijuí, mestre em Filosofia pela UFRGS, e doutor em Filosofia pela PUCRS, com a tese *Fundamentação Ockhamiana do Direito Natural*. Atualmente leciona nos cursos de graduação e mestrado em Filosofia, na Unisinos. Confira alguns aspectos sobre o filme que estará em exibição e discussão neste sábado.

Ficha técnica

Título: Em Nome de Deus

Titulo Original: Stealing Heaven

Pais: EUA

Ano: 1988

Gênero: Romance

Tempo: 105 minutos

Censura: 14 anos

Direção: Clive Donner

Elenco: Derek de Lint, Kim Thomson, Denholm Elliot

Em nome de Deus: um retrato de época

Entrevista com Nilton Mullet Pereira e Alfredo Culetton

IHU On-Line - De que modo os personagens do filme retratam a Idade Média?

Nilton Mullet Pereira - Um filme não é um retrato de uma época. Nem mesmo um relato histórico, construído de um longo trabalho que implica método, teoria e fontes, é um retrato da realidade. Tanto um quanto outro são discursos produzidos sobre o passado e

que assumem numa determinada época, por diferentes circunstâncias, estatuto de verdade. O filme *Em nome de Deus* procura mostrar personagens reais, ou seja, que tiveram, segundo a documentação, existência histórica. Abelardo, Heloisa, Fulberto fazem parte de uma trama que nos informa sobre o ambiente da cidade de Paris do século XII: época do surgimento de novos

grupos sociais, de revitalização das cidades e do comércio, da multiplicação das escolas e do ensino, da peregrinação dos mestres e seus discípulos, da intensidade dos conflitos acadêmicos. Isso o filme mostra de modo bastante significativo.

IHU On-Line - A trama faz uma livre adaptação entre a história de amor de Abelardo e Heloísa. Quais são os pontos de convergência entre a ficção e a realidade?

Alfredo Culetton - Ficção e realidade são categorias bem difíceis de distinguir, sobretudo em se tratando do passado. De qualquer maneira, podemos dizer que há referências históricas para esse amor, que essa relação foi muito instigante e intelectualmente fecunda, que se expressam nas correspondências entre Abelardo e Heloisa, texto que conta com inúmeras edições e línguas. Na biblioteca da Unisinos, encontramos esta belíssima versão *Lettres complètes d'abelard et d'héloïse /Peter Abelard, Héloïse*. Paris: Garnier Frères, 1925. Também podemos visitar o túmulo que partilham ambos no Cemitério Pere-Lachaise em Paris, que recebe flores constantemente nos últimos 850 anos.

Nilton Mullet Pereira - São muitos. Nós sabemos da história de Abelardo e Heloisa pela autobiografia de Abelardo e pelas cartas³⁰ trocadas entre os dois. O filme narra os acontecimentos principais que se relacionam à vida do filósofo e do seu amor. O filme é biográfico. Há convergência quanto às informações básicas sobre a vida do filósofo: ele foi professor da Escola Episcopal de Notre Dame; casou-se secretamente com Heloisa e com ela teve um filho, Astrolábio e tornou-se monge, apesar de com estes ter tido pesadas escaramuças, as quais o filme não chega a mostrar.

³⁰ ABELARDO, Pedro. *Héloïsa. Lettres complètes d'abelard et d'héloïse*. Paris: Garnier frères, 1925. (Nota do autor)

O século XII foi pródigo quanto à produção literária e constitui-se num momento de significativa efervescência cultural. É aí que encontramos, na literatura, a emergência da forma amorosa romântica, o amor cortês. O *fin d' amour*, como é chamado, apresenta-se de modos diversos, nos diferentes textos da literatura medieval. Destaco, particularmente, a poesia trovadoresca do Sul da França, o romance de Tristão e Isolda e o importante Tratado do Amor Cortês, de André, o Capelão. O amor cortês caracteriza-se, de modo geral, por ser antimatrimonial e adúltero, e, em certos casos, pela negação do ato sexual. No amor cortês, os amantes amam o amor, não o ato carnal ou mesmo um sujeito empírico, assim, nem os obstáculos, nem mesmo a morte são empecilhos ao amor. Ao contrário, o maior dos obstáculos, que é a morte, prolonga e mantém o amor à eternidade.

O filme mostra a relação amorosa entre Abelardo e Heloisa e permite ao espectador perceber que, mesmo depois da castração de Abelardo, o amor se mantém e parece fortalecer-se, ultrapassando os limites e as barreiras que a sociedade feudal lhe impõe. Le Goff³¹ resume dizendo que “entre o mestre e a aluna é o amor à primeira vista: comércio intelectual, sem demora comércio carnal. Abelardo deixa de ensinar, abandonando seus trabalhos, está com o diabo no corpo. A aventura é duradoura, aprofunda-se. O amor nasceu, não vai acabar mais. Vai resistir aos infortúnios, depois ao drama³²”.

IHU On-Line - Quais os aspectos do filme que destacariam a respeito de produção, fotografia e enredo?

Alfredo Culetton - Destacaria a adequação da música ao desenvolvimento do enredo. Eu o

³¹ Confira o livro da semana nesta edição.

³² LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

considero verdadeiramente maravilhoso.

IHU On-Line - O castigo infligido a Abelardo foi aplicado "em nome de Deus". Como podemos situar a posição da Igreja na sociedade daquela época?

Alfredo Culetton - O castigo infligido a Abelardo foi uma estúpida vingança do tio da Heloisa por ter "roubado" a sobrinha que ele estava reservando para um "bom" casamento, e coincidentemente é um clérigo. Em nenhum momento, são evocados motivos de tipo teológicos ou doutrinários para tal castigo. Naquele tempo, como hoje, não há igreja e sociedade, mas igrejas e sociedades, modos de ser e atuar. Se entendermos Igreja como "povo de Deus", a Igreja é sociedade na sociedade; um povo que produz *sugers* e hierarquias, Franciscos de Assis, Aquinos, ordens mendicantes, mosteiros, bibliotecas, Cruzadas, Luís IX, traduções de Aristóteles, enfim, uma enormidade de posições e intervenções nas sociedades.

Nilton Mullet Pereira - Não há dúvida de que, desde a decadência do mundo romano, a Igreja tem assumido um papel hegemônico no plano cultural, no Ocidente Medieval, entretanto, deve-se enfatizar que sempre existiram muitos pontos de fissura nessa hegemonia católica. É preciso considerar que, por exemplo, a própria conversão dos germânicos se deu primeiro mediante a heresia do arianismo, movimento considerado herético na História da Igreja, condenado pelo Concílio de Nicéia (325).

Os séculos XI e XIII são conhecidos como, quando se multiplicaram heresias na Europa Ocidental. Nessa época, a Igreja organiza Cruzadas que, não apenas se dirigem à Jerusalém para lutar contra os infiéis, mas também se voltam ao sul da França para combater a heresia cátara, na famosa Cruzada Albigense. A oficialização da Inquisição

demonstra um refluxo na hegemonia cultural da Igreja e no papel que a instituição exercia, desde a época Carolíngia, junto ao poder secular. A Cruzada Albigense foi levada a efeito em nome de Deus, como também as Cruzadas para Jerusalém, pois, tratava-se, de uma Guerra Justa contra os hereges e infiéis. O castigo aplicado a Abelardo estava justificado tanto pelo desrespeito à lei moral: a fornicação com Heloisa, quanto pelo desrespeito à honra da casa de Fulberto.

Por outro lado, é preciso lembrar que há uma crítica preconceituosa contra a Igreja, produto do próprio preconceito que se construiu sobre a Idade Média. Essa crítica aparece no filme, por exemplo, por meio de Fulberto. Trata-se de uma crítica um tanto vulgar, pois, é justamente mediante a crítica à Igreja que os iluministas elaboraram a idéia de uma época obscura, mergulhada no misticismo e na religiosidade, fatores que impediam o livre pensamento e a racionalidade. Atacar a Igreja tornou-se o mesmo que atacar a cultura medieval e, ao mesmo tempo, enaltecer os valores da Antiguidade Clássica e da Europa Esclarecida. O modo como Fulberto comercializava as relíquias mostra apenas os traços negativos da Igreja e reduz tanto a atividade religiosa, quanto a própria Igreja, como instituição, a um plano maligno, conspiratório e negativo, na época medieval.

IHU On-Line - O modo como é tratado gênero no filme corresponde à forma como era feita na Idade Média?

Alfredo Culetton - Entendo que correspondem, mas chama a atenção que as ordens religiosas femininas recebessem alfabetização e rudimentos da língua grega. As mulheres eram mais discriminadas nas famílias que nas ordens.

Nilton Mullet Pereira - Os historiadores não estabelecem comparações entre o papel da mulher

na sociedade medieval e o papel da mulher na sociedade contemporânea. Realizar esse intento teria como consequência escrever uma história/julgamento e, ao mesmo tempo, uma história evolutiva. Julgaríamos a Idade Média com base no estado das relações de gênero do presente e sugeriríamos que houve uma incrível evolução no modo como as mulheres eram tratadas naquela época, impingindo aos medievais a pecha de machistas – o que seria completamente inadequado.

A Idade Média era uma sociedade de homens. E no interior dessa sociedade pouco espaço havia para a mulher e para o amor pelas mulheres. O amor se constituía em uma amizade entre homens. O amor de Abelardo e Heloisa pode ser visto, então, num contexto de enfraquecimento, como já disse, do predomínio da Igreja, do surgimento de novos grupos sociais desvinculados do sistema de relações feudais, do renascimento da vida urbana e comercial e, finalmente, numa época de enaltecimento da figura feminina, exemplificada pela poesia trovadoresca, pelo culto à Maria etc... Então, o amor à Dama contado pelos trovadores, o culto à virgem Maria e o destaque de mulheres como Hildegarda de Bingen³³

³³ Hildegarda de Bingen ou Hildegard von Bingen (1098-1179): mística, filósofa, compositora e escritora alemã, abadessa de Rupertsberg em Bingen. Hildegarda foi autora de várias obras musicais de temática religiosa incluindo *Ordo Virtutis*, uma espécie de ópera que relata o diálogo de um grupo de freiras com o Diabo. É autora dos dois dos únicos livros de medicina escritos na Europa no século XII, onde demonstrou um conhecimento notável de plantas medicinais. Hildegarda alegava ter *visões* inspiradas por Deus. Segundo ela foi Ele que a incentivou a contá-las em livros. A primeira coletânea destas visões *Scivias* foi completada em 1151. A esta obra seguiram-se *Liber vitae meritorum* e *De operatione Dei*. Atualmente pensa-se que estas visões possam representar sintomas de enxaqueca. A sua fama de mística e santidade ultrapassou as fronteiras do seu convento e do seu país, chegando a Roma. O Papa Eugénio III estabeleceu uma comissão para investigar a sanidade de Hildegarda e a validade das suas obras. A comissão visitou Bingen e após

e a própria Heloisa, sugerem um papel muito mais significativo para a mulher naquela sociedade de homens: guerreiros ou padres. Ao mesmo tempo, é possível sugerir que um acontecimento como o amor de Abelardo e Heloisa, tenha sido a irrupção do intempestivo, um evento herético em relação ao seu tempo, tal como foi, no meu entendimento, o amor cortês.

***IHU On-Line* - Como estão representadas, na obra, as universidades, surgidas naquele período?**

Alfredo Culetton - Fica difícil dizer com exatidão quando surgiram as universidades; certamente a escola onde Abelardo lecionava foi o embrião do que posteriormente conheceremos por universidade. Encontramos, desde aquele tempo, as bandeiras da liberdade de ensino, a autonomia com relação aos poderes instituídos, o deboche, os ritos de iniciação, o teatro, o lugar da dúvida, do questionamento e do debate. A universidade, desde aquela época, é o lugar da busca crítica das condições de possibilidade do real, das verdades dadas, ou reveladas, da crítica da moral, e isso está muito bem apresentado no filme.

***IHU On-Line* - Como está retratada a Filosofia no filme *Em nome de Deus*?**

Alfredo Culetton - Aparecem poucos elementos estritamente filosóficos, mas um que se destaca é a exigência de vida celibatária para Abelardo por ser mestre em Filosofia. Esta exigência celibatária não é uma exigência da parte da igreja, que só exige isso dos clérigos e consagrados. Esta exigência é própria da tradição platônica atribuída ao fato de o filósofo estar lidando com um

diversas entrevistas com Hildegarda, a abadessa foi considerada sã. Após quatro tentativas de canonização, Hildegarda permanece apenas beatificada. (Nota da *IHU On-Line*)

saber sagrado e superior que seria profanado pelas urgências do mundo e do cotidiano.

IHU On-Line – Chamar a Idade Média de “Idade das Trevas” é um preconceito? A que o atribuem?

Alfredo Culetton - A história é contada pelo detentor do discurso hegemônico, no caso, o Iluminismo; quanto mais obscura a Idade Média, mais claro o Iluminismo; luz e trevas, maniqueísmo puro. A Idade Média parece ser, no imaginário popular, aquele espaço carente de razão e civilidade entre Atenas e o Renascimento. O ouvido humano gosta tanto de explicações como de antagonismos simplistas. A crise do projeto moderno chama à revisão esses conceitos

Nilton Mullet Pereira - A noção de Idade das Trevas está ligada a um certo modo de olhar para a história legado à nossa sociedade pelos filósofos iluministas e seus sucessores. Tal olhar é moral, pois supõe o julgamento de diferentes momentos da história tendo como referência a Europa esclarecida, ou seja, aquela época na qual o homem criou como o fundamento de toda a história e de todo o conhecimento – o “homem medida”. A Idade Média é considerada uma época de misticismo e obscuridade entre o classicismo greco-romano e o classicismo renascentista. O ponto é que o ideal clássico grego, revivido no Renascimento moderno, passa a ser considerado o máximo da realização humana e todas as sociedades são avaliadas baseadas nesse ideal: eis a fonte de todo o etnocentrismo que justificou os processos colonizatórios e a destruição de diversas manifestações culturais e étnicas pelo mundo afora. Uma história moral é justamente aquela que avalia a situação singular de uma época ou de uma cultura com os olhos e os conceitos do presente. A noção de Idade das Trevas é, sim, preconceituosa, na medida em que ela é produto de um

modo de contar a história, tendo como ponto de referência uma certa sociedade e uma certa cultura que servem de modelo à sociedade liberal.

O interesse pela Idade Média pode expressar duas situações distintas: por um lado, pode ser fruto de um desgaste dos modos de construir nossas noções de mundo herdadas do Iluminismo, como se observa na crítica à moral liberal e burguesia, elaborada por Nietzsche³⁴, que toma fôlego e importância nas áreas da História e da Filosofia, principalmente, pela pesquisa e pela obra de pensadores como Deleuze³⁵ e Foucault³⁶. Isso tem permitido desconstruir a história moral e evolutiva e, conseqüentemente, o preconceito em relação à Idade Média, fato que tem enfatizado a importância da Idade Média no processo de formação da Europa Moderna e, ao mesmo tempo, aberto um imenso espaço para a afirmação de

³⁴ **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus polêmicos conceitos “além-do-homem”, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim Falou Zaratustra*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, *O Anticristo*. Lisboa: Guimarães, 1916 e *A Genealogia da Moral*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2004. Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13 de dezembro de 2004. (Nota da *IHU On-Line*).

³⁵ **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Com Félix Guattari, demonstrou a importância do desejo e seu aspecto revolucionário ante qualquer instituição, inclusive a psicanalítica. Sua principal obra, de 1972, escrita em parceria com Guattari, intitula-se *O Anti-Édipo e tornou-se* um dos livros mais discutidos entre os anos 1970/80. (Nota da *IHU On-Line*)

³⁶ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês, foi professor no Collège de France. Sua obra tem um enorme impacto na academia, pois perpassa principalmente pelas áreas humanas e das ciências sociais, mas também pelas demais áreas de estudo. A matéria de capa da 119ª edição do *IHU On-Line*, de 18 de outubro de 2004, foi dedicada a Michel Foucault. O Instituto Humanitas Unisinos organizou, durante o ano de 2004, o evento **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault**. (Nota da *IHU On-Line*)

subjetividades ou de identidades étnicas e de gênero, que foram, por muito tempo, negligenciadas pelo estudo acadêmico, pelas escolas e pelo Estado. Por outro lado, o interesse pela Idade Média pode estar vinculado ao fascínio pelo místico, pelo fantástico, pelo miraculoso, muito comuns na sociedade contemporânea. O imaginário do homem esclarecido europeu sempre necessitou da construção de espelhos que servissem de modelo para formar a si mesmo como um homem racional, crítico, representante pleno da fase adulta das nações.

***IHU On-Line* - Gostaria de acrescentar algum aspecto que não foi perguntado?**

Alfredo Culetton - Como em qualquer outro tempo da humanidade, na Idade Média encontramos trevas, mas também esforços de compreensão com a recepção dos clássicos gregos sobretudo de Platão e Aristóteles, de diálogo intercultural com árabes e judeus, de dignificação e de construção dessa realidade, conceitual e possível, qual seja a de humanidade. Qualquer esforço nesse sentido nos enobrece.

SINOPSE

Em nome de Deus (Stealing Weaven, 1988, Inglaterra/Iugoslávia)

Direção: Clive Donner

O filme *Em nome de Deus*, dirigido por Clive Donner, tem como tema a história de amor vivida por Abelardo (1079-1142) e Heloísa (1101-1164), cujos corpos repousam hoje lado a lado no cemitério Père Lachaise, em Paris. Abelardo tinha 39 anos e Heloísa, sua aluna, 17, quando se apaixonaram perdidamente, tendo vivido uma trágica história de amor. Naquele tempo, as escolas ainda eram anexas às sacristias e era exigida a castidade dos docentes. Culto e inteligente, Abelardo conheceu Heloísa por intermédio do tio dela, o cônego Fulbert. Tendo a moça engravidado, Abelardo resolveu abandonar a ordem religiosa e desposá-la. Não havia impedimento nenhum, já que ele não recebera ainda as ordens maiores, mas a família da moça não aprovou a solução. Indignado, o cônego contratou bandidos para prender e castrar Abelardo. Depois de recluso num convento, Abelardo escreveu várias obras de teologia. Denunciado como herético, foi levado a um tribunal presidido por São Bernardo (1090-1153), conselheiro de reis e papas e pregador da segunda Cruzada. O resultado foi sua condenação. Abelardo recorreu a Roma e morreu durante o julgamento de sua apelação. Quanto a Heloísa, também entrou para um convento, do qual foi madre superiora, tendo vivido ainda 22 anos depois da morte do amado. Nunca mais teve outro amor. Abelardo narrou seus infortúnios no livro *Histórias de minhas desgraças*. François Villon e Eugene Scribe, entre outros, escreveram sobre o tema. Há também diversas biografias desses amantes que protagonizaram uma das mais célebres histórias de amor.

Ciclo de Estudos sobre “O Método”, de Edgar Morin

A próxima edição do **Quarta com Cultura Unisinos**, acontecerá neste dia 19 de outubro, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, das 19h30min às 21h30min, com o tema *O Direito no paradigma da Complexidade*, dando continuidade ao **Ciclo de Estudos sobre “O Método”, de Edgar Morin**. O palestrante é o Prof Dr Leonel Severo Rocha, docente no PPG em Direito da Unisinos, do qual também é coordenador.

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Leonel Rocha é mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. O professor Leonel doutorou-se em Direito pela École des Hautes Études en Sciences Sociales com a tese *Lei e Liberdade: O pensamento de Rui Barbosa*, e obteve o pós-doutorado pela Università degli Studi di Lecce, da Itália. É autor de vários livros, entre os quais citamos: *A Democracia em Rui Barbosa: O Projeto Político Liberal-Racional*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995; e *Epistemologia Jurídica e Democracia*. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. A história de vida do professor está contada na editoria IHU Repórter da 73.ª edição da *IHU On-Line*, de 1º de setembro de 2003. *IHU On-Line* também o entrevistou na 115ª edição, de 13 de setembro de 2004, a respeito do tema por ele desenvolvido no evento **Ciclo de Estudos sobre “O Método”, de Edgar Morin**, promovido pelo IHU no ano passado, na ocasião em que apresentou o seminário *O direito no paradigma da complexidade*, dia 16 de setembro de 2004. A apresentação do livro *El derecho de la sociedad*, de Niklas Luhmann, esteve sob sua condução em 15 de março de 2005, e sobre o assunto concedeu entrevista à *IHU On-Line* nº 132, de 14 de março de 2005.

Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia

Discutir *A era industrial e a contribuição de Marshall*, com um enfoque especial na obra *Principles of Economics*, escrita em 1890 pelo economista Alfred Marshall (1842-1934). Esse é o objetivo do encontro desta quinta-feira, 20 de outubro, no **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. A palestrante é a Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Gonçalves da Silva, docente na Unicamp, em São Paulo. Anote o local e horário para participar: Sala 1G119, do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), das 14h às 17h. Ana Lúcia é doutora em Economia pela Unicamp com a tese *Concorrências sob condições oligopolísticas: contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados*, publicada como livro pela Unicamp, em 2004.

A influência do capital social na saúde coletiva

O Espaço Pensamento da 20ª Feira do Livro de São Leopoldo, na Praça 20 de Setembro, mais conhecida como Praça da Biblioteca, em 13 de outubro, sediou o **IHU Idéias** que discutiu *A influência do capital social na saúde coletiva*. Sob a coordenação do Prof Dr Marcos Pascoal Pattussi, a palestra iniciou às 17h30min e estendeu-se até as 19h. Sobre esse assunto, confira a entrevista concedida pelo palestrante à edição 159 da *IHU On-Line*, de 10 de outubro de 2005.

A cozinha temática: da tradicional à fusion

A cozinha temática: da tradicional à fusion é o tema deste **IHU Idéias**, que se realizará quinta-feira, 20 de outubro, sob a responsabilidade da Prof.ª Dr.ª Maria Eunice Maciel, da UFRGS. O evento, gratuito e aberto a todos os interessados, acontecerá na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), das 17h30min às 19h. Maria Eunice é cientista social pela UFRGS e especialista em História do Rio Grande do Sul pela mesma instituição. Kursou, ainda, uma especialização em Antropologia Social pela Université Paris V (René Descartes), França, e mestrado na mesma área pela UFRGS. Seu doutorado, também em Antropologia Social, foi realizado na Université Paris V (René Descartes), França, com a tese *Le gaúcho brésilien – identité culturelle dans le Sud du Brésil*. Atualmente, coordena um projeto de pesquisa na UFRGS, voltado à cultura e à alimentação. É co-autora do livro *De escravo a liberto, um difícil caminho*. Porto Alegre: IEL, 1988 e organizou *Antropologia e ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

Programando resultados. Seus ou dos outros?

O Prof MS Francisco Duarte de Castro Ferreira Carmo, da Unisinos, foi o responsável pela condução dos **Encontros de Ética** da última segunda-feira, 10 de outubro. A atividade aconteceu das 17h30min às 19h, na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), e teve entrada franca.

Ética e crise política no Brasil

Entrevista com Solon Viola

A crise política brasileira a partir de um olhar ético é o assunto que o Prof MS Solon Eduardo Annes Viola discutirá na próxima segunda-feira, dia 24 de outubro, das 17h30min às 19h, na Sala 1G119 do IHU, em mais uma edição dos **Encontros de Ética**. Por e-mail, o professor Solon concedeu entrevista à **IHU On-Line**, adiantando alguns aspectos de sua apresentação.

Solon é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é mestre em História pela Unisinos e doutor em Ciências Sociais Aplicadas, também na Unisinos, com a tese *Movimento de Direitos Humanos e a redemocratização: da ditadura sem disfarces à constituinte cidadã* (1968-1988). Organizou algumas obras, sendo a mais recente ***Direitos Humanos - Alternativas de Justiça Social na América Latina***. São Leopoldo: Unisinos, 2002. Ivete Leocádia Manetzeder Keil e Paulo Peixoto de Albuquerque são co-organizadores deste livro.

Ele apresentou a obra ***A nova política de classes***, de Klaus Eder, Bauru: Edusc, 2002, em 19 de maio de 2004, no evento **Abrindo o Livro**, promovido pelo IHU, e sobre o tema concedeu entrevista à edição 101 da **IHU On-Line**, de 17 de maio daquele ano. Na edição 110, de 9 de agosto de 2004, Solon falou sobre *O ato educativo carrega em si o compartilhamento entre educadores*, e em 1º de agosto de 2005, na edição 149, deu um depoimento analisando as raízes históricas da corrupção no Brasil. A apresentação do ***Caderno IHU em Formação*** n. 4, de 2005, intitulado *Ditadura. 1964: A Memória do Regime Militar foi* por ele escrita.

IHU On-Line- Qual é sua análise da crise política sob um olhar ético?

Solon Viola- Sempre foi tênue a relação da política institucional com os pressupostos filosóficos da ética. Maquiavel ensinou com pedagógica

sabedoria os limites da ética como orientadoras das ações do *Príncipe*. A origem do primeiro mandato do presidente George W. Bush é significativa do pragmatismo político contemporâneo. Em nosso país, a

dimensão ética da crise não se resume à ação individual dos políticos. Ao contrário, está solidamente enraizada num sistema de poder que restringe a participação da sociedade, beneficiando a Casa Grande, o parque industrial ou o sistema financeiro. Quando a ação institucional não serve à sociedade, então os pressupostos éticos que deveriam reger o fazer político são substituídos pela pequena política do benefício pessoal ou de grupo. Na aparência essa é a situação atual. O que a aparência esconde é o conflito que existe, e é legítimo, pela controle do processo histórico.

IHU On-Line- Política brasileira e ética são conceitos incompatíveis?

Solon Viola- Se fossem incompatíveis como explicaríamos as ações dos movimentos sociais? O processo que levou a redemocratização as milhares de pessoas que continuam a participar dos inúmeros movimentos sociais que a sociedade vem construindo ao longo do tempo? Mesmo no criticado Congresso Nacional, encontramos parlamentares que permanecem eticamente comprometidos com seus eleitores e com seus discursos. O que precisamos é ampliar os espaços de participação, passarmos da já conquistada, mas não suficientemente testada, democracia representativa para uma democracia ativa que possibilite, concomitantemente, acompanhar e influir sobre as ações do Parlamento, do Judiciário e do Executivo e manifestar sua vontade pelas decisões diretas como as possibilitadas por referendos e plebiscitos. Precisamos, também, e com alguma urgência, rever as relações entre a Nação e a mídia que, com seu monopólio, tem se revelado capaz de manipular a realidade, selecionar informações, demonizar correntes de pensamento, ridicularizar pessoas e instituições.

IHU On-Line- Qual é o futuro do PT após essa crise, já que ele feriu um

dos pontos de maior destaque do partido, a ética?

Solon Viola- O Partido dos Trabalhadores foi organizado ao longo da reforma política que marcou a crise do autoritarismo e o restabelecimento da democracia política. Na compreensão dos estrategistas da abertura política, seria indispensável dividir as oposições para conservar o poder. Nessa conjuntura, ao PT coube organizar os setores sociais críticos não só ao regime militar, mas, principalmente, ao sistema econômico que aquele regime servia. Entre os princípios que distinguia o Partido dos Trabalhadores dos demais partidos nascidos na ocasião, um deles era a profunda relação com os movimentos sociais e com uma parte considerável dos pensadores críticos, encontrados em diversos setores da sociedade. Outra das características era o apurado senso de fazer política de uma nova forma distinta da tradicional, ou seja, mais comprometida com a sociedade civil e o movimento social do que com o Estado e suas formas clássicas de ação. Esse capital cultural e político tem sido fundamental para o enraizamento e o crescimento. No entanto, ao privilegiar a conquista do poder por meio de uma política fisiológica de alianças, o partido abriu mão desse patrimônio ético. Olhar o futuro é sempre uma ousadia que deveria ser evitada, porém a história tem ensinado que não se pode voltar ao que passou. Não bastará ao PT reencontrar suas raízes históricas, será preciso compreender as novas conjunturas, nacional e internacional, e traçar projetos políticos, capazes de reaproximar seus militantes e suas lideranças com os movimentos sociais e a sociedade civil. Se não o fizer, a sociedade irá refazer suas formas de organização sem sua presença.

IHU On-Line- Punir os culpados será suficiente para diminuir o desencanto da população em relação à política?

Solon Viola- O desencanto da população é maior do que a possível participação de seus representantes em negócios fraudulentos. É um sentimento marcado pela perda da utopia, da esperança, aquela feita de aspirações possíveis de conquistar. Quantos são os culpados? Uma vez punidos, serão eliminados os mecanismos que permitiram seus envolvimento em práticas parlamentares corriqueiras que tratam questões políticas como um negócio? A punição de acusados, sendo estes culpados ou inocentes, tem sido freqüente nas últimas décadas, desde a cassação indiscriminada de “corruptos e subversivos” do período militar, até os inefáveis apoiadores da “aventura collorida” e dos anões do orçamento. Praticamente não passamos nenhum período legislativo sem a cassação de um número significativo de parlamentares ou daqueles que renunciam a seus mandatos para voltarem, de certa forma, “absolvidos” pelo voto. O desencanto em relação à política está mais intensamente ligado à percepção de que a política não trata das questões fundamentais para a vida da população e tem sido incapaz de, minimamente, demonstrar a existência de medidas capazes de alterar as condições sociais de imensa desigualdade e de enfrentar a já insuportável carga de injustiça social. De outro lado, torna-se presente para a população a necessidade de investigar também os corruptores e de rever os mecanismos que possibilitam a permanência dessa prática na vida nacional.

***IHU On-Line-* Do ponto de vista histórico, como a ética tem se configurado na política brasileira?**

Solon Viola- A história brasileira tem convivido com duas noções diferenciadas de poder, uma de forte conteúdo autoritário, outra de resolver os conflitos políticos mais com negociações do que de mediação. No

primeiro modelo, a concentração de poder é de tal ordem que os governantes não necessitam prestar contas de seus atos e a ética que predomina é a da eficiência de seus projetos (recorde-se o dístico publicitário do general Garrastazu Médici “o povo vai mal, mas o País vai bem”). No segundo modelo, os princípios e os objetivos a serem alcançados são tratados como produtos a serem negociados (lembre-se a clássica expressão “é dando que se recebe”). Não raro as duas noções caminham juntas e se complementam.

***IHU On-Line-* Poderia enumerar algumas razões sobre a corrupção em nosso país?**

Solon Viola- Destacaria, entre muitas as seguintes: nossa herança colonial; a impunidade dos corruptores e a culpabilização das vítimas. A herança colonial nos condicionou a admirar as culturas dominantes e a imitá-las, não permitindo construirmos uma dimensão social capaz de amparar os sentimentos nacionais como uma construção coletiva. Nossa subserviência fez com que as elites nacionais olhem para a população com desprezo e arrogância como se os direitos civis e políticos pertencessem a uma pequena parcela da sociedade. Sem tais direitos não conseguimos construir uma cultura política capaz de conter os corruptores e de elaborarmos uma legislação capaz de, sendo democrática, ser suficientemente rigorosa para punir os culpados e absolver os inocentes. Carregamos, ainda, a herança colonial que atribui aos pobres as razões de suas pobreza.

***IHU On-Line-* Como a ética pode fundamentar o agir político nas democracias modernas?**

Solon Viola- Ampliando os espaços de participação da cidadania de tal forma que as democracias representativas, conquistadas pelas lutas sociais na década de 1980, sejam acompanhadas

de uma cidadania ativa por meio de processos participativos que constituam desde ações nacionais como plebiscitos e referendos até ações locais e específicas, tanto na dimensão do Estado nacional como da sociedade civil. Ações que, gradativamente, já têm revelado um movimento de transformação da cultura política dos

municípios e das regiões, como se pode observar com experiências como a do orçamento participativo e do referendo sobre o desarmamento, no âmbito do Estado, e dos movimentos de preservação do meio ambiente e de lutas pela melhoria da qualidade de vida, na sociedade civil.

Sala de Leitura



“Lucía Etxebarria é uma autora crítica e revolucionária. Pode, ao mesmo tempo, ser adorada e odiada, principalmente, porque é capaz de dizer “na lata” o que a maioria dos escritores espanhóis (e quem sabe brasileiros) evitam dizer, escondendo-se atrás de uma linguagem rebuscada e distante. Ela não se distancia, pelo contrário, fala do público e do privado com muita naturalidade. Consegue tratar os temas do imaginário feminino do jeito que realmente são, e não como as pessoas querem que sejam. Em *La Eva Futura* (Etxebarria, Lucía. *La Eva futura: cómo seremos las mujeres del siglo XXI y en qué mundo nos tocará vivir; La letra futura: el dedo en la llaga: cuestiones sobre arte, literatura, creación y crítica* / Lucía Etxebarria. Barcelona: Destino, 2000.). Escreve sobre a vida, sobre incertezas, medos e vaidades da mulher atual e faz uma prospecção sobre a mulher deste novo século. Refere-se a um mundo artificial, contaminado em que as estruturas familiares se desintegram, os alimentos são manipulados e a realidade translada-se ao virtual. Também fala do cotidiano da mulher com TPM, do prozac, de amores e desamores, das conquistas e perdas como uma proximidade tremenda do(a) leitor(a). As histórias são curtas e marcantes, capazes de provocar o leitor a tomar partido, pensar, refletir sobre o espelho. É interessante, e vale a pena ser lido (por mulheres e homens)”

Profa. Dra. Marcia Luconi Viana, psicoterapeuta, doutora em Psicologia da Saúde e da Família. Professora nos Cursos de Psicologia e Nutrição da Unisinos.



“Eu acabo de ler uma conferência do pesquisador Jesús Martín-Barbero, realizada em 2002, na Universidad de la República, no Uruguai. Barbero faz um balanço das tendências em Comunicação na América Latina, passando pela questão das culturas, sem esquecer o ideológico e os discursos que o permeiam, a questão das cidades, seus medos, refúgios e descentramentos (que, aliás, aparece muito bem na edição número 151, de 15 de agosto de 2005, da *IHU On Line*, ao tratar da sedução dos *shopping centers*) e a questão das novas tecnologias, um tema que venho estudando desde 2004. Comecei a ler *Tiempo Presente - notas sobre el cambio de una cultura* (Siglo Veintiuno Editores, 2003), da argentina Beatriz Sarlo, que já tem livros traduzidos para o português. É uma autora cujos livros devem fazer parte da biblioteca de quem se interessa pelas modificações sociais, culturais e tecnológicas que estamos passando. Ela fala da Argentina, mas, em vários momentos, poderia tratar-se de qualquer outro país latino-americano”.

Profa. Dra. Cosette Castro, doutora em Comunicação, professora no Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Unisinos.



Estou lendo o livro *Caos e Complexidade* (São Paulo: Campus) do Prof. Ilan Gleiser. O autor analisa a temática da complexidade, a qual foi um avanço importante para o reconhecimento de que o mundo da economia e da gestão é significativamente complexo, dinâmico e, muitas vezes, pode estar em total desordem. Nesse contexto, porém, também é possível encontrar padrões, ordem dentro da desordem, em que pequenas variações em condições iniciais têm grande impacto em trajetórias futuras (exemplo de efeito borboleta da denúncia de fraude dos correios lá em Brasília, ou talvez algo antes disso, com todas as suas conseqüências). Essa dinamicidade pode ser representada matematicamente por equações não-lineares, e então podemos projetar interessantes análises no processo decisório empresarial. A obra transcorre em motivadoras análises de imprevisibilidade do comportamento não-linear e de toda a incerteza que torna o ensino da ciência social tão difícil, mas também tão desafiador.

Prof. Dr. Adolfo Vanti, doutor em Administração, professor no Centro de Ciências Econômicas da Unisinos.